EIFFEL

REVISTA DE EDUCAÇÃO DA COOPTÉCNICA GUSTAVE EIFFEL

N.º 13 • MARÇO 2011 www.gustaveeiffel.pt

Um olhar sobre os Cursos Profissionais no Ensino Secundário

Contributo para um melhor conhecimento desta realidade

Regressar à Escola

Retomar o que foi abandonado, prosseguir com o sonho por realizar

Entrevista com Rui Vilar

Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Ficha Técnica

Director
Augusto Ferreira Guedes

Directora Adjunta
Rosa Maria dos Santos Mosa

Colaboradores neste número:

Ana Correia
Ana Margarida
Carla Martins
Carlos Costa
Carlos Gomes
Cátia Correia Nunes
Cristina Marques
Evelina Davidova
Filipa Geraldes
Filomena Ramos
Hugo Manuel Gomes da Silva
Killian Lobato
Kátia Baptista
Maria de Fátima Roldão
Margarida Marques
Nuno Marôco
Paula Santos
Paulo Correia
Pedro Brás
Pedro Rodrigues
Porfírio Silva
Raquel Carvalho
Rafaela Mesquita
Rute Machado
Rute Mendonça
Silina Ribeiro
Sónia Freches

Os artigos publicados nesta revista são da responsabilidade dos seus autores

Design Gráfico e Layout – Informaster, Lda.

Conselho Redactorial
Adelino Serras
Anabela Pedro
Cristina Marques
Irene Guedes
José Leal
Patrícia Oliveira
Paula Rodrigues
Pedro Rodrigues
Porfírio Silva
Rute Machado
Rute Mendonça

Impressão Rolo & Filhos II, S.A.

Periodicidade Semestral

Tiragem 2500 exemplares

Depósito Legal: 205651/04

Propriedade
Cooptécnica Gustave Eiffel CRL
Sede - Rua Elias Garcia, 29 - Venda Nova
2700-312 Amadora
Tel.: 214 996 440
Fax: 214 996 449
e-mail: direccao@gustaveeiffel.pt

ISSN 1645-9113
Distribuição gratuita aos membros da Cooptécnica Gustave Eiffel

Venda ao público 2 €

Índice

1 Editorial
O orgulho de poder dizer: somos uma escola para todos

2 Entrevista
Rui Vilar – Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

6 Formação
Educação/Formação na União Europeia

8 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais

10 Centro de Qualificação de Activos Gustave Eiffel

12 Regressar à Escola

16 Cursos Profissionlizantes
Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância

17 Testemunhos de ex-alunas que concluíram o Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância

19 Empresa acolhedora de estágios – Testemunho

20 Curso de Educação e Formação de Adultos - Protecção Civil

23 Curso de Educação e Formação Práticas de Acção Educativa

25 Um Olhar Sobre os Cursos Profissionais no Ensino Secundário

31 A nossa escola
Criatividade na Prática Pedagógica

33 Acção de Formação: Uma Escola Positiva – Disciplina e Resolução de Conflitos em Contexto Escolar

35 Acção de Formação para Professores – A função de Orientador Educativo de Turma

36 Alternativas e Mudanças no Sector da Energia

38 Notícias
Participação na exposição Portugal Tecnológico

39 Comemoração do Centenário da República

40 Padrinhos dos Novos Alunos
Miguel, aluno da EPGE participa em Li Ké Terra

41 Torneio de Jogos Tradicionais
Aulas Partilhadas

42 Consciencialização Social
A nossa escola no Media Lab – Diário de Notícias

43 Participação no Tour do Voluntariado

44 Prémios na competição de Corta-Mato
1.º Encontro Nacional de Estudantes de Organização de Eventos
Encerramento das Comemorações dos 20 anos da Cooptécnica Gustave Eiffel

45 Colaboradores Homenageados

46 Opinião
As Escolas Profissionais e o debate das Parcerias Público-Privadas

48 Livros e Internet
Mario Vargas Llosa - O Sonho do Celta
Sophia de Mello Breyner Andresen - Obra Poética e Uma Vida de Poeta

www.voluntariado.pt
www.naocompreendoasmulheres.blogspot.com

Capa Alunos da EPGE da Amadora

O orgulho de poder dizer: somos uma escola para todos

Numa época em que a crise ocupa uma boa parte do nosso pensamento turvando-nos, por vezes, a lucidez, sinto a Escola como um refúgio e um local de esperança para dias melhores.

É por isso nosso desejo que a escola do futuro seja, cada vez mais, uma escola melhor e diferente, mais plural e sem estar refém de interesses de grupos ou sectores da sociedade.

O nosso País comemorou recentemente os 100 anos da implantação da República e o Estado tem vindo a libertar a escola de algumas amarras, sejam estas o que forem: para uns a liberdade de ensinar e aprender, para outros uma estratificação da escola.

Entendemos que a Escola Pública é a que é suportada pelo dinheiro dos impostos de todos, seja aquela que é dinamizada directamente pelo Estado, seja aquela dinamizada pela iniciativa privada. A Escola Profissional Gustave Eiffel (EPGE) orgulha-se de ser, desde sempre, uma ***escola para todos***, que não escolhe os alunos em função da sua origem social ou de outras. Defendemos que não devem continuar a haver escolas, onde a selecção dos alunos é feita, discreta mas eficazmente, em função da sua proveniência.

Os jovens menos bafejados pela sorte não podem ser estigmatizados. Todos os cidadãos, sem excepção, têm o direito de chegar onde as suas capacidades o permitam.

No artigo ***Regressar à Escola*** está bem patente o que temos feito ao nível da educação, ou seja o contributo que a EPGE tem dado através dos vários tipos de formação para o desenvolvimento e qualificação dos portugueses de modo a contribuir que Portugal seja cada vez mais um país de gente a regressar à escola.

São disso exemplo, os Cursos de Educação e Formação, para jovens, que têm vindo a permitir aos alunos, cujo percurso escolar foi perturbado ou interrompido precocemente, poderem retomar os estudos e concluir a escolaridade obrigatória ou acrescentar uma qualificação profissional às suas competências escolares.

Como se refere no artigo ***Educação/Formação na União Europeia*** também nós defendemos, que cada país deve estimular os seus cidadãos a aderir à formação, fazendo percursos académicos em escolas profissionais, sensibilizando os jovens, as famílias e as empresas para os benefícios desta modalidade de educação com uma componente de formação profissional.

Nunca é demais referir que um dos princípios que defendemos, e de que nos orgulhamos, é o de sermos uma escola aberta, UMA ESCOLA PARA TODOS.

Augusto Ferreira Guedes
Presidente da Direcção

Emílio Rui Vilar

Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Emílio Rui Vilar nasceu no Porto a 17 de Maio de 1939. É licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1961.
Entrou para a Função Pública em 1966 onde esteve até 1969, ano em que assumiu funções directivas no Banco Português do Atlântico e onde permaneceu até 1973.
No início dos anos setenta faz parte do grupo de cidadãos que viria a fundar a SEDES, de que foi o primeiro presidente.
A sua carreira política começa em 1974 como Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo do I Governo Provisório. No mesmo ano é-lhe confiada a tutela do Ministério da Economia dos II e III Governos Provisórios (1974/75). Foi eleito Deputado em 1976. Entre 1976 e 1978, foi Ministro dos Transportes e Comunicações do I Governo Constitucional e, entre 1986 e 1989, Director-Geral da Comissão das Comunidades Europeias, em Bruxelas.
Como gestor, foi Vice-Governador do Banco de Portugal e Presidente do Conselho de Gestão do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Foi Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, presidiu ao Grupo Europeu dos Bancos de Poupança e foi Presidente do Conselho de Administração da GalpEnergia.
Emílio Rui Vilar presidiu à Comissão de Fiscalização do Teatro Nacional de São Carlos, foi Comissário-Geral para a Europália, Vice-Presidente da Fundação de Serralves e Administrador da Porto 2001,SA.
É Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian desde Maio de 2002

Tendo em conta o seu vasto percurso político e os vários cargos que ocupou, quando é que se dá o seu encontro com a cultura?

Muito cedo. A minha mãe tinha formação musical (o curso superior de piano) e o meu avô paterno deixou-nos uma biblioteca interessante. Além disso, o meu professor da quarta classe, o professor Rosas, ia muito além do programa oficial, abriu-nos horizontes e fomentou a nossa curiosidade. Depois, no liceu, tive alguns professores notáveis e o convívio com colegas que estimularam o interesse pela literatura e pelas artes.

Na sua opinião, qual é o papel da arte, da cultura e das várias manifestações artísticas na nossa sociedade?

Uma das características distintivas da natureza humana é a insatisfação com a repetência e a monotonia, por um lado e, por outro, a vontade de saber mais e mais profundamente e a capacidade de criar, de inventar. O conhecimento do meio ambiente, tal como o conhecimento de nós mesmos são traços permanentes da nossa evolução.

As diferentes manifestações artísticas – reveladas desde tempos pré-históricos – são simultaneamente um instrumento de conhecimento e de representação, uma expressão de criatividade e um veículo de evasão e de distância face às rotinas do quotidiano. Nas sociedades mais evoluídas verifica-se que, biunivocamente, as artes contribuíram para o desenvolvimento social e, simultaneamente, beneficiaram dele.

Considerando que a cultura incentiva o progresso de que forma influencia e faz avançar um país?

A inovação é indiscutivelmente considerada um elemento decisivo do reforço da competitividade. As várias expressões que os bens e serviços culturais podem assumir contribuem para reforçar a capacidade colectiva de melhor compreender a realidade (cada vez mais complexa) e de lograr soluções novas para novos e velhos problemas. Mesmo que a relação não nos apareça como directa, a verdade é que a criação artística e literária fornece estímulos para desenvolvermos novas solu-

> *"os países em que cedo foi criada a escolarização obrigatória conheceram níveis de desenvolvimento mais elevados e sustentáveis."*

ções para resolver os problemas que enfrentamos. Uma sociedade culta é uma sociedade mais rica. Todos os países em que cedo foi criada a escolarização obrigatória conheceram níveis de desenvolvimento mais elevados e sustentáveis.

A Fundação Gulbenkian tem um papel preponderante no apoio a projectos de cooperação para o desenvolvimento. Pode indicar-nos alguns exemplos que considere de sucesso.

Posso dar o exemplo de um projecto recente, que se encontra ainda em fase de desenvolvimento, em Angola, e que expressa uma nova abordagem da cooperação para o desenvolvimento da Fundação: parceria com diferentes actores, em particular com as instituições dos países parceiros, em áreas determinantes para o combate à pobreza e promoção do desenvolvimento endógeno, tendo como objectivo a apropriação dos projectos e dos seus resultados pelos seus beneficiários principais. Trata-se do projecto CISA, que prevê a implementação de um Centro de Investigação em Saúde, no Caxito, e que resulta de uma parceria alargada entre a Fundação, o Governo da República de Angola, o Governo Provincial do Bengo e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. A área principal de investigação do CISA é a malária e outras doenças tropicais negligenciadas.

> *"o desenvolvimento de uma sociedade depende em larga medida da competência científica ou artística dos seus cidadãos"*

Que balanço faz dos investimentos feitos pela Gulbenkian na área da educação através das bolsas que atribui.

Um dos actuais eixos prioritários de intervenção da Fundação passa por uma aposta na valorização e na capacitação das pessoas, em diferentes áreas, assumindo que o desenvolvimento de uma sociedade depende em larga medida da competência científica ou artística dos seus cidadãos, como já referi. Desde o início das actividades da Fundação que as bolsas de estudo constituem um veículo privilegiado desta visão e posso afirmar que o balanço é muito positivo, sendo visível o impacto das bolsas de estudo concedidas pela Fundação em todos os sectores da sociedade portuguesa.

A Gulbenkian tem vindo, ao longo de décadas, a formar elites para o país através da concessão de bolsas. Considera que é possível e importante fazê-lo também para os países de expressão portuguesa?

A Fundação já o faz, no âmbito do seu Programa Gulbenkian de Ajuda ao Desenvolvimento, nos países de língua oficial portuguesa, excepto no Brasil. Ao longo dos anos a Fundação tem apoiado a formação e a actualização de quadros

> *"nos países de língua oficial portuguesa as bolsas têm como objectivo principal reforçar a sua capacidade através da formação de quadros e técnicos, ou de formadores e professores de modo a potenciar o efeito multiplicador dos apoios concedidos."*

nacionais destes países, através da concessão de bolsas, assim como o robustecimento das suas instituições de ensino universitário e de investigação. Neste momento, as bolsas existentes têm como objectivo principal reforçar a sua capacidade através da formação de quadros e técnicos, ou de formadores e professores de modo a potenciar o efeito multiplicador dos apoios concedidos.

Que outros apoios concedem na área da educação, além das bolsas? E sobre os apoios às bibliotecas das escolas profissionais privadas?

No domínio educativo são concedidos apoios a projectos e actividades que privilegiem a formação ao longo da vida, designadamente com recurso a processos de educação à distância, bem como a iniciativas que procuram a reabilitação e a integração social e escolar de crianças e jovens com necessidades educativas especiais. São igualmente concedidos apoios, entre outros, a projectos educativos que recorram ao uso de novas tecnologias de informação, que desenvolvam a diversidade linguística nas escolas, que promovam o combate ao insucesso e abandono escolares ou a projectos inovadores em instituições de ensino superior que reforcem a capacidade científica neste nível educativo.

O apoio a Bibliotecas Escolares/Centros de Recursos é concedido anualmente, através de concurso, sendo elegíveis todas as instituições educativas que ministrem o ensino secundário.

Que reflexos terão no futuro do nosso país, o ensino das artes, da leitura e da música às crianças e jovens?

As crianças desenvolvem-se de forma mais completa se beneficiarem desde cedo do ensino das artes visuais, da leitura, da escrita e da música. Tornar-se-ão cidadãos mais aptos a compreender o mundo e a intervir de forma mais criativa e autónoma.

Que importância atribui aos Cursos de Educação e Formação - CEF (jovens), de nível 2, na manutenção dos alunos no sistema educativo? E aos Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) como forma de reforçar a competitividade do nosso País?

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) oferecem aos jovens novas modalidades de aprendizagem e conteúdos diversificados que vão ao encontro de interesses e capacidades específicos e compatíveis. Assim, será mais fácil evitar o abandono escolar precoce, visto este ensino ser melhor ajustado às condições concretas dos alunos e de lhes abrir outras perspectivas, dada a componente de formação vocacional e profissionalizante.

Quanto aos Cursos EFA (adultos), visa-se obter a melhoria de nível de formação dos adultos, contribuindo para os tornar mais aptos a enfrentar as crescentes exigências das diferentes profissões e a aumentar a sua empregabilidade.

Em sua opinião, que contributo têm dado os Cursos Profissionais, de nível 4, para aumentar e melhorar o nível de qualificação profissional dos jovens do nosso País e o que perspectiva para a sua importância no futuro?

Os cursos profissionais, de nível 4, associando a formação académica de base com a formação profissional, constituem uma oferta alternativa de percursos formativos com saídas profissionais mais ajustadas, ou ajustáveis, à evolução das necessidades do mercado de trabalho. Além disso, são uma das modalidades de completamento do ensino secundário, ajudando a que se cumpra a meta tão importante dos doze anos de escolaridade.

A adequada combinação de exigência, flexibilidade e adaptabilidade responderá melhor à profunda mudança em curso nas economias desenvolvidas, onde o capital humano e a sua valorização se mostram decisivos.

> *"Os cursos profissionais, de nível 4, constituem uma oferta alternativa de percursos formativos com saídas profissionais mais ajustadas, ou ajustáveis, à evolução das necessidades do mercado de trabalho."*

Educação/Formação na União Europeia

Comunicado de Bruges

Objectivos para a educação e formação profissional para a próxima década e plano de acção para os próximos quatro anos

Actualmente cerca de metade dos estudantes do ensino secundário na União Europeia escolhem programas de formação profissional, optando por vias profissionais. Este tipo de formação permite que as pessoas adquiram os conhecimentos, competências e experiências necessárias para o sucesso no mercado de trabalho.

Dada a importância deste tipo de formação, os ministros da educação de 33 países, encontraram-se no início de Dezembro, com o objectivo de acertarem objectivos comuns para toda a União Europeia, que contribuam para aumentar a qualidade da formação profissional na Europa e torná-la mais acessível e pertinente face às necessidades das pessoas e das economias.

Uma vez que a Bélgica assumia a Presidência rotativa da União Europeia, o encontro teve lugar em Bruges e juntou os ministros da educação de 33 países europeus (UE-27, da Croácia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Islândia, Liechtenstein, Noruega e Turquia), representantes de empregadores e de sindicatos e da Comissão Europeia. No final **acertaram-se objectivos partilhados pela educação e forma-**

> *"O Comunicado de Bruges anuncia a visão de um sistema de formação profissional moderno e atractivo, com acesso à aprendizagem em qualquer fase da vida"*

ção profissional para a próxima década e fixou-se um plano de acção para os próximos quatro anos, que ficará conhecido como o *Comunicado de Bruges*.

A Comissária Europeia para a Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude, Androulla Vassiliou, saudou a aprovação afirmando que "***a formação profissional tem de cumprir dois objectivos fundamentais: contribuir para a empregabilidade e o crescimento económico, por um lado, e para responder aos grandes desafios sociais, em particular, a coesão social".***

O *Comunicado de Bruges* anuncia a visão de um sistema de formação profissional moderno e atractivo, com acesso à aprendizagem em qualquer fase da vida; com mais oportunidades para a experiência e formação no estrangeiro, com mais cursos de qualidade, com uma maior inclusão e acesso de pessoas desfavorecidas. Para além desta visão, os países presentes acordaram, ainda, um plano de médio prazo, com medidas concretas de apoio ao nível nacional e europeu. **Exige-se assim dos países que incentivem os cidadãos a acederem à formação, que incentivem o desenvolvimento das escolas profissionais com o apoio das autoridades locais e regionais, que apresentem estratégias de internacionalização, que reforcem as colaborações com as empresas e que lancem estratégias de comunicação para destacar os benefícios da formação profissional e sensibilizar os jovens, as famílias e as empresas.**

Esta reunião em Bruges foi mais um passo do já conhecido Processo de Copenhaga, lançado em 2002, e que prevê reuniões ao nível ministerial, todos os dois anos. Este Processo de Copenhaga, dedicado à formação profissional mostra, uma vez mais, que o emprego é uma prioridade da União Europeia.

O *CV Europass* é, por exemplo, mais uma das iniciativas da UE para auxiliar os cidadãos na procura de um emprego. Trata-se de um *template de CV* harmonizado em 26 línguas, disponível *on-line*, que ajuda os candidatos a um emprego e já é utilizado por 10 milhões de europeus. Destes, metade têm menos de 25 anos.

O *CV Europass* foi lançado em 2005 e destinava-se, originalmente, aos jovens à procura de emprego e oportunidades no estrangeiro, embora actualmente seja cada vez mais utilizado internamente, ou seja, para candidaturas a postos de trabalho nos próprios países. O *CV Europass* também apresenta vantagens para as empresas e agências de emprego, ao facilitar ***os processos de recrutamento e favorecer a mobilidade dos trabalhadores.***

Para terminar gostaria de mencionar um estudo de opinião lançado também em Dezembro, um eurobarómetro sobre as competências mais procuradas pelos empregadores no momento de recrutamento e onde acredito que a formação profissional pode ser vantajosa. **Na lista das competências mais apreciadas estão a capacidade de trabalhar em equipa, a capacidade de comunicação e de adaptação a novas situações, de literacia e de resolução de problemas.** Consideradas muito importantes estão ainda **a capacidade de utilização de novas tecnologias e o conhecimento de línguas estrangeiras.** Ainda fundamental no recrutamento, de acordo com este estudo de opinião, é a experiência profissional. Dos inquiridos, 87% considerou-a fundamental no processo de recrutamento.

Margarida Marques
Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais

Certificámos o primeiro candidato em Técnico de Medições e Orçamentos

Testemunho da Directora do Centro Novas Oportunidades Gustave Eiffel

Procuramos com este texto salientar uma das saídas implementadas no Centro Novas Oportunidades Gustave Eiffel da Amadora: o de Técnico de Medições e Orçamentos.

No passado dia 14 de Dezembro, certificámos Hugo Manuel Gomes da Silva, com o nível 4 - Técnico de Medições e Orçamentos, o primeiro candidato a ser certificado nesta saída profissional.

À semelhança de muitos candidatos a este processo, o Hugo Silva não concluiu o ensino secundário, tendo integrado desde muito cedo o mercado de trabalho. A sua experiência na construção civil iniciou-se aos 12 anos, idade em que acompanhava o seu pai nas obras que este dirigia na empresa familiar de que era gerente. Após deixar definitivamente a escola, integrou-se a tempo inteiro na empresa aprendendo a profissão de carpinteiro de limpos e acumulando funções de preparador de obra e chefe de equipa. Motivado pela sua vontade de aprender e pela crise do sector, inscreveu-se em várias acções de formação entre as quais Medições e Orçamentos, Excel, Autocad e Orçamentação. Actualmente desempenha as funções de Medidor Orçamentista numa empresa de Construção Civil.

Inscreveu-se no CNO com o intuito de completar o ensino secundário, o que conseguiu por via do Decreto-lei 357/2007, e posteriormente obteve a Certificação Profissional por via do RVCC PRO.

Rute Mendonça Pinho

Testemunho do Candidato

"Cada vez existe uma maior procura de profissionais qualificados, pelo que há uma grande necessidade de obter um Certificado de Aptidão Profissional (CAP). Com o recurso ao processo de Reconhecimento e Validação e Certificação de Competências (RVCC) Profissional é possível obter a certificação para quem tem conhecimentos práticos, mas não fez cursos de formação. Não se julgue, no entanto, que a certificação através do RVCC é fácil. Os conhecimentos adquiridos ao longo de anos de trabalho, por vezes são bastante difíceis de transpor para o papel. Existem tarefas que se executam automaticamente e nem se pensa o porquê de se fazer assim. Esta tentativa de expor e transmitir os nossos conhecimentos é um verdadeiro desafio. Sem dúvida que este processo nos torna melhores e mais experientes profissionalmente e acabamos por perceber que afinal até sabíamos mais do que julgávamos. É um verdadeiro desafio para nós próprios e que nos compensa."

Hugo Manuel Gomes da Silva

Testemunho do Tutor/Avaliador do Processo de Certificação

O Centro Novas Oportunidades Gustave Eiffel aderiu ao processo que reconhece e certifica os saberes profissionais de adultos que trabalham na área da construção civil, que se designa por Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e que é usualmente conhecido por RVCC PRO.

As competências dos candidatos são analisadas e reconhecidas para as saídas profissionais de Técnico de Construção Civil, de nível 4, (12.º ano) a que correspondem as profissões de Condutor de Obra, Medidor-Orçamentista e Desenhador, profissões que estão inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações.

O processo RVCC PRO, inicia-se com a fase de **reconhecimento,** através de uma análise (diagnóstico) ao candidato feita por um técnico qualificado. Em seguida, e ainda nessa fase, este é convidado a **elaborar e apresentar um Portefólio** sob um ponto de vista profissional onde descreve as tarefas e actividades que realizou ao longo da sua vida profissional.

O processo prossegue com o **candidato, o tutor e o avaliador** a formar um **Júri.**

O tutor de RVCC PRO é um técnico superior, inserido na área da Engenharia Civil e com experiência na área.

Concluído o **Portefólio,** este é analisado pelo tutor tendo em consideração que certos conceitos de construção civil estão por vezes subentendidos, ou até mesmo incompletos. Os termos técnicos utilizados pelo candidato nem sempre estão correctos e é frequente utilizar "calão" de obra e, nesta linguagem, há conceitos que não correspondem ao que o candidato quer explicar e cabe ao tutor fazer a descodificação.

O tutor apoia-se no Referencial de RVCC Profissional que tem um conjunto de tarefas e respectivos conhecimentos e saberes inerentes a essas tarefas e compara-os com os conhecimentos e saberes expressos no Portefólio do candidato.

Este procedimento é fundamental pois permite que o tutor se integre num processo de análise metódico, sistemático e abrangente da grande maioria das tarefas inerentes a cada profissão da construção civil. Desta forma, ao analisar os Portefólios terá sempre onde se fundamentar para garantir uma apreciação justa e correcta. Cabe pois ao tutor ter um controlo apertado de todo o processo.

Por vezes, o candidato tem que melhorar o Portefólio em determinados aspectos que são essenciais e ser mais explícito e elucidativo na exposição das tarefas e actividades desempenhadas ao longo da sua vida profissional, descrevendo de forma clara os seus conhecimentos e saberes profissionais.

Em caso de dúvidas estas são esclarecidas num contacto pessoal e de diagnóstico através de uma **entrevista técnica** onde se questiona o candidato com base num referencial de entrevista, semelhante ao referencial RVCC Profissional do Portefólio.

Muitas vezes, é necessário questionar o candidato sobre a real capacidade de elaboração de alguns documentos (anexos), como por exemplo o planeamento em barras ou do tipo *Pert* que se apresentam juntamente com o Portefólio. Ou seja, a entrevista funciona para o tutor como um complemento ao Portefólio, enquadrado num processo contínuo e dinâmico de recolha de informação que deve ser processada e analisada, do modo a ficar mais elucidativo.

Existem outros procedimentos no processo de validação, relacionados com **auto-formação** (plano individual de formação) em que o Tutor pouco interfere.

O tutor deve actuar sempre com todo o rigor de modo a permitir que o processo de validação culmine na certificação do candidato numa formação profissional total ou parcial e de acordo com a certificação da experiência adquirida na carreira profissional.

Carlos Gomes

Centro Qualificação de Activos Gustave Eiffel

Formar para empregar

O Centro de Qualificação de Activos Gustave Eiffel (CQAGE) disponibiliza uma oferta formativa diversificada no âmbito da Formação Profissional inicial e contínua em várias áreas nucleares da nossa economia, nomeadamente no sector dos Transportes, Formação Pedagógica de Formadores, Segurança e Higiene no Trabalho, ITED (Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios) e noutros domínios que se justifiquem pela análise das necessidades de formação diagnosticadas no mercado de trabalho.

Na prossecução dos objectivos do CQAGE e em consonância com as estratégias da Cooptécnica Gustave Eiffel, que visam a qualidade e inovação no processo formativo, foram definidas as seguintes orientações:

Excelência na formação desenvolvida através de metodologias e técnicas adequadas, que visam no seu conjunto facilitar aos formandos a aquisição de conhecimentos e competências para o sucesso no desempenho das suas funções;

Atendimento personalizado desde o pedido de informações até à conclusão da formação, permitindo aos formandos o acompanhamento e orientação em todos os seus percursos formativos;

Diversificação da oferta formativa com a inclusão de novas áreas, de forma a responder às necessidades de formação emergentes da legislação em vigor e da adequação dos recursos humanos ao mercado de trabalho actual.

O CQAGE dirige a sua oferta formativa a dois públicos-alvo:

Activos no Geral - formação de qualificação inicial e contínua, que visa o desenvolvimento das competências e conhecimentos adequados a uma profissão, bem como o desenvolvimento de capacidades práticas, atitudes e comportamentos que potenciem uma melhor integração socioprofissional, com vista à empregabilidade ou à melhoria dos desempenhos no posto de trabalho;

Organizações Públicas e Privadas – formação que valoriza, permanentemente, as competências dos seus recursos humanos, no respeito pelo Código de Trabalho e na implementação das suas estratégias.

Análise de evolução do mercado de emprego

O desenvolvimento da economia mundial com recurso às tecnologias de informação, gerou significativas alterações nos padrões do mercado de trabalho. Nesta óptica, os recursos de capital humano – competências, inteligência, capacidade de aprendizagem dos indivíduos – constituem factores diferenciadores na competitividade das empresas.

O actual mercado de trabalho necessita de indivíduos com conhecimentos, comportamentos e atitudes diversificadas e com grande versatilidade no posto de trabalho, seguindo as estratégias definidas pela empresa em que estão inseridos.

No que diz respeito à gestão dos recursos humanos, as empresas confrontam-se com novos desafios e situações inéditas para as quais procuram respostas inovadoras, sendo para isso essencial que os trabalhadores possuam/desenvolvam:

Melhor Performance

Eficácia Produtiva

Flexibilidade e adaptabilidade

Para o efeito as empresas procuram activos que marquem pela diferença, que acrescentem valor à organização, apresentando cada vez mais conhecimentos e competências técnicas e sociais, tais como:

- **Comunicação oral e escrita (Língua mãe e Língua estrangeira)**
- **Competências de matemática**
- **Competências básicas em ciências e tecnologia**
- **Aprender a aprender**
- **Competências sociais e cívicas**
- **Iniciativa e empreendedorismo**
- **Sentido de cultura e expressão cultural**

Globalmente, o mercado espera dos recursos humanos criatividade, capacidade de inovar, e acções adequadas às mudanças constantes, competências transversais que envolvem diversas áreas, com destaque para a formação ao longo da vida como factor diferenciador na resposta dos activos ao mercado de trabalho.

Formação ao Longo da Vida

Sorte é o que acontece quando capacidades se encontram com oportunidades.

Séneca

A Formação ao Longo da Vida é cada vez mais um recurso de adaptabilidade do indivíduo às mutações do mercado de emprego, respondendo aos desafios do dia-a dia com eficiência.

O mercado de emprego exige cada vez mais conhecimentos aos activos assim como competências técnicas e sociais. Assim, a formação profissional responde às necessidades dos activos no desenvolvimento de conhecimentos e competências e de aquisição, actualização, reconversão e progressão na carreira.

Cada indivíduo deverá construir a sua carreira profissional com uma perspectiva de continuidade no mercado de trabalho, na procura da realização pessoal e integração social. É de salientar o desenvolvimento e a concepção de um curriculum baseado em competências chave, para o crescimento de uma atitude empreendedora e com competências de empregabilidade, das quais se destacam:

Para além da aprendizagem que o indivíduo adquire com os seus pares, o trabalho de equipa e a perspectiva de integração na profissão, desenvolve, fundamentalmente, estratégias para administrar a sua própria formação, fazendo opções pessoais e vinculando-se à formação ao longo da vida, seus conteúdos e objectivos.

Oferta Formativa

O Centro de Qualificação de Activos Gustave Eiffel apresenta uma oferta formativa que responde às solicitações das entidades empregadoras e das necessidades dos indivíduos, tendo como objectivo Formar para empregar.

Paula Santos, Sónia Freches,
Carlos Costa e Carla Martins
Técnicos do CQAGE

Regressar à Escola

"...um número impressionante de portugueses têm feito valorosos esforços para retomarem o que antes abandonaram, para completar o que antes não terminaram, para prosseguir o que antes sonharam mas não tinham conseguido realizar."

Nos últimos anos os poderes públicos têm feito um esforço muito alargado para apostar na qualificação dos portugueses, a todos os níveis. Os resultados nos níveis mais elevados da formação superior, e ao nível da investigação científica de topo, têm sido notáveis. O país tem progredido muito, quer em relação ao passado recente, quer em comparação com os nossos parceiros internacionais. Isso é verdade para a investigação científica basicamente financiada pelo Estado, mas há algum tempo começou também a ser notório o forte aumento da participação das empresas nesse esforço. Isso quer dizer que há sectores da sociedade que, depois de um exemplo consistente dado pelo Estado durante vários anos, se convenceram de que esta estratégia não era passageira e valia a pena entrar nesse movimento de modernização profunda das estruturas produtivas e da própria sociedade.

Contudo, é muito importante que o país não invista apenas nos que já são mais altamente qualificados ou nos que já estão em patamares de competitividade muito elevados. O desenvolvimento justo e equilibrado do país só é possível se o projecto for não deixar ninguém para trás. Não deixar ninguém para trás não é facilitismo, como alguns parecem crer: é dar a todos e a cada um a possibilidade de fazer mais um esforço. Dar uma oportunidade ao esforço. Por dificuldades objectivas ou subjectivas, às vezes também com responsabilidades pró-

prias, muitas vezes apanhados pela vida dura que é a vida real de muitos dos nossos concidadãos, o certo é que nem todos agarram à primeira os caminhos de valorização com que se cruzaram. Todos, não apenas por solidariedade mas por justiça, e a bem da mobilização de todas as forças para o progresso do país, devem poder corrigir um rumo que às vezes não foi muito bem sucedido. Uma bandeira dessa forma de ver as coisas tem sido o programa "Novas Oportunidades", ao abrigo do qual um número impressionante de portugueses têm feito valorosos esforços para retomarem o que antes abandonaram, para completar o que antes não terminaram, para prosseguir o que antes sonharam mas não tinham conseguido realizar.

Um segmento desse grande esforço nacional para não deixar ninguém para trás é representado pelos Cursos de Educação e Formação. Os Cursos de Educação e Formação (CEF) para jovens permitem, a alunos cujo percurso escolar e de

qualificação tenha sido perturbado ou mesmo interrompido prematuramente, retomar um caminho que lhes permita concluir a escolaridade obrigatória, concluir o ensino secundário, ou acrescentar uma qualificação profissional às suas competências escolares. Dada a diversidade de situações que podemos encontrar no universo dos jovens que se encontram nesta situação (em que ponto foi interrompida ou perturbada a formação), há também uma diversidade de cursos (desde o Tipo 1 ao Tipo 7) que correspondem a diferentes etapas de educação/formação e a diferentes metas. No final de cada etapa, quando realizada com sucesso, o jovem obtém uma qualificação escolar e profissional. Por exemplo, para um curso de Tipo 3 pode entrar um jovem que tenha concluído o 8º ano de escolaridade ou tenha frequentado, sem aprovação, o 9º ano de escolaridade, e que, além disso, tenha capitalizado pelo menos 2/3 das unidades do plano curricular do 3.º ciclo do ensino básico recorrente. Depois de frequentar um curso com um mínimo de 1200 horas (um ano), pode obter, sendo bem sucedido, o diploma do 9º ano de escolaridade e o certificado de qualificação profissional de nível 2. Outro exemplo: um titular do 12º ano de um curso científico-humanístico pode frequentar durante um ano um curso de Tipo 7 para obter uma qualificação profissional de nível 3 (desde que o curso seja da mesma área de formação, ou área afim, da formação escolar). Uma vez que o país percebeu há muito que não se pode perder tempo nem dinheiro com formações avulsas e mal estruturadas, todos os CEF conduzem a níveis certificados de educação e qualificação profissional. Para que assim aconteça, todos esses cursos, independentemente da tipologia, possuem quatro componentes de formação: Sociocultural, Científica, Tecnológica e Prática (estágio em ambiente de trabalho).

> *"... o contributo relevante que a EPGE tem dado para este esforço nacional nos últimos anos, a par de muitas outras actividades com que tem vindo a contribuir para a qualificação dos portugueses."*

Este pequeno apontamento serve para fazer notar o contributo relevante que a EPGE tem dado para este esforço nacional nos últimos anos, a par de muitas outras actividades com que tem vindo a contribuir para a qualificação dos portugueses. Em apenas três quadros podemos ter uma visão de conjunto desse contributo.

O primeiro quadro dá os números de jovens que iniciaram e concluíram CEF na EPGE, de 2007 a 2010. Alguns pensarão que as percentagens de conclusão dos cursos são abaixo

do que seria desejável. Claro, menos de 100% é sempre abaixo do desejável! Note-se, contudo, que se trata de alunos em risco de abandono escolar (ou que já tinham mesmo abandonado), desmotivados, desinteressados da necessidade de completarem níveis mínimos de educação e qualificação. Vistas as coisas desse lado, os números apresentados têm um significado muito positivo – e, por outro lado, desmentem aqueles que associam este esforço a facilitismo.

Jovens que iniciaram e concluíram CEF na EPGE, por ano		
Ano de conclusão do curso	**Iniciaram**	**Concluíram**
2007	87	65 (75%)
2008	313	173 (55%)
2009	202	124 (61%)
2010	335	201 (60%)
Totais	**937**	**563 (60%)**

Jovens que concluíram CEF na EPGE e prosseguiram estudos, por ano		
Ano de conclusão do curso	**Concluíram**	**Prosseguiram estudos**
2007	65	25 (39%)
2008	173	84 (49%)
2009	124	78 (63%)
2010	201	150 (75%)
Total	**563**	**337 (60%)**

Pessoas que concluíram CEF na EPGE, por curso	
Cursos	**Pessoas que concluíram o curso**
Instalação e Reparação de Computadores	197
Práticas de Acção Educativa	150
Práticas Administrativas	87
Práticas Técnico-Comerciais	85
Instalação e Operação de Sistemas Informáticos	20
Electricista de Instalações	13
Desenho Assistido por Computador	11
Total	**563**

O segundo quadro dá-nos os números relativos ao prosseguimento de estudos após a conclusão de um CEF na EPGE. Globalmente, 60% dos jovens que completaram um destes cursos prosseguem estudos. Trata-se de jovens que estavam em ruptura com um elemento essencial da preparação do seu futuro e que mostram que talvez tenham encontrado de novo o sentido deste caminho. Note-se que, de 2007 a 2010, a percentagem de jovens que, tendo concluído um CEF na EPGE, prossegue estudos, tem vindo sempre a aumentar.

Finalmente, **o terceiro quadro** mostra os tipos de CEF que têm sido organizados pela EPGE.

Olhando para esta realidade, a partir de dados fornecidos pela Direcção Pedagógica, e complementados com informação qualitativa recolhida em conversa com o Director Pedagógico, quis, como pessoa que há alguns anos olha para a EPGE a partir de fora, dar o meu testemunho. Testemunho de apreço, de gratidão, de reconhecimento. **O apreço, a gratidão e o reconhecimento que, como cidadão, devo a quem faz este trabalho pelo futuro do país. É que, como português, devo muito a quem faz com que Portugal seja cada vez mais um país de gente a regressar à escola.**

Porfírio Silva

Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância

Formar profissionais qualificados para acompanhar crianças, sob a supervisão dos educadores de infância ou de forma autónoma

Testemunho da Coordenadora do Curso

O Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância funciona desde o ano lectivo de 2007/2008, nos pólos da Venda Nova e Lumiar e tem a duração de três anos. **Este curso** surge da aposta num ensino pré-escolar de melhor qualidade, e **vem suprimir uma lacuna da falta de formação por parte da equipa auxiliar**, **que afecta grande parte do ensino pré-escolar.**

Esta formação visa formar profissionais qualificados aptos a acompanhar e vigiar crianças, sob supervisão dos educadores de infância ou de forma autónoma, garantir a sua segurança e bem-estar e colaborar na organização e desenvolvimento das actividades educacionais.

As disciplinas técnicas são várias, dirigidas especificamente para o trabalho com as crianças de diferentes idades, situações ou locais. Os alunos têm formação em áreas como Saúde Infantil, Técnicas Pedagógicas e Intervenção Educativa e as várias formas de Expressão (Plástica, Dramática, Corporal e Música).

No decorrer do curso, os alunos realizam duas formações em contexto de trabalho (estágios), no 2.º e 3.º ano, para os quais elaboram, e posteriormente aplicam, projectos pedagógicos. Os resultados finais bem como as aprendizagens adquiridas são apresentados perante um júri, no final de ano lectivo.

Encontrar escolas, colégios, jardins-de-infância ou creches para a realização dos estágios não tem constituído dificuldade, no entanto, em alguns casos vemo-nos forçados a recusar pedidos.

Este curso permite aos alunos trabalhar nos locais tradicionais em que existem crianças tais como, jardins-de-infância, creches, internatos ou hospitais, bibliotecas, monumentos, museus, autarquias, entre outros.

As turmas pioneiras deste curso concluíram-no no ano lectivo 2009/2010. A receptividade das instituições para receber os nossos formandos tem sido avassaladora e, neste momento, a procura é de tal ordem que não temos técnicos suficientes para satisfazer os pedidos que nos chegam.

No pólo do Lumiar, das 18 alunas finalistas, a maioria encontra-se a trabalhar na área da formação, algumas estão a prosseguir estudos na faculdade e apenas uma está em processo de conclusão do curso.

Kátia Baptista

Testemunhos de ex-alunas que concluíram o Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância

Ana Margarida Cruz, 19 anos

Para mim a mais-valia deste curso foi a realização de vários trabalhos **com objectivos e horários a cumprir e o esforço para conseguir sempre o melhor pelo meu mérito.**

Actualmente frequento o curso de Serviço Social, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Fiz esta opção porque com a licenciatura nesta área poderei exercer vários cargos, desde trabalhar em creches, ajudando as crianças em vários aspectos, bem como tentando resolver problemas relacionados com os pais.

Silina Ribeiro, 19 anos

Tenho verificado que existe algum desconhecimento das funções que exerce um Técnico de Apoio à Infância. Há quem pense que somos auxiliares, como por vezes percebemos durante o estágio.

Estou a trabalhar num Centro de Estudos - ATL onde também faço Apoio à Família. Não senti qualquer dificuldade relativamente ao mercado de trabalho e considero que existe bastante entreajuda no desenvolvimento das actividades que realizo no dia-a-dia.

Rafaela Mesquita, 20 anos

Terminado o curso, o que fazes agora?

Neste momento estou a estudar no ensino superior onde frequento o Curso de Educação Básica, na Escola Superior de Educação de Coimbra.

Porque escolheste este curso?

Porque ao terminar o curso profissional de técnico de Apoio à Infância na EPGE achei que devia dar-lhe seguimento aprofundando conhecimentos.

O curso preparou-te para o prosseguimento de estudos?

Sim, preparou. Tenho reparado que durante algumas aulas quando se fala de termos específicos, por exemplo do crescimento das crianças e de outros aspectos sinto que compreendo melhor estas matérias do que as alunas que vieram pelo ensino chamado normal.

Quais são para ti os aspectos negativos e positivos do curso?

Os aspectos negativos foram o muito trabalho, embora isso seja normal num curso profissional. Fomos a turma pioneira, no pólo do Lumiar, e havia uma grande união e cumplicidade entre professores, funcionários e alunos. Era fantástico! Não me lembro de ter uma ligação de amizade tão grande com os professores como a que tinha e ainda tenho com os da EPGE. **Esta escola é uma mais-valia para todos que lá andam e terminam o curso! Vontade de desistir existe em muitos de nós mas não podemos ceder ao primeiro obstáculo! Esta escola prepara-nos para o mundo do trabalho da melhor maneira pelo que a aconselho a todos os que querem seguir esta via de ensino.**

Cátia Correia Nunes, 21 anos

Terminado o curso, o que fazes agora?

Estou a trabalhar, como monitora de um ATL.

Sentes que as pessoas com quem trabalhas estão abertas a que proponhas actividades e participes activamente no dia-a-dia da sala ou da instituição?

Como estou a trabalhar num ATL, tenho uma sala por minha conta, ou seja, preparo e trabalho os temas de acordo com os monitores de outras salas pois somos nós que aplicamos as actividades.

A preparação que tiveste na EPGE ajuda-te na relação com as crianças e os encarregados de educação?

Ajuda bastante, pois estudámos e trabalhámos as estratégias para lidar com qualquer das situações que acontecem no dia-a-dia de um ATL.

As educadoras e restante equipa, estão receptivos a trabalhar com os técnicos de Apoio à Infância?

A formação de um técnico desta área ainda é um pouco desconhecida. Em alguns locais ainda é só a Educadora de Infância que pode lançar as actividades.

Por vezes associam as nossas funções com as de uma auxiliar de educação, conceito que está errado. Eu tenho a sorte de estar a trabalhar numa instituição que me confia o desenvolvimento das actividades em pé de igualdade com as Educadoras.

O estágio e a realidade do mundo do trabalho são muito diferentes?

Na realidade do mundo do trabalho há um maior peso de responsabilidade, pois qualquer situação que aconteça, somos nós os responsáveis. No estágio, embora com responsabilidades, tínhamos alguma desculpa a justificar algo que corresse menos bem. Agora no mundo do trabalho as desculpas não são aceitáveis.

Quais foram para ti os aspectos negativos e positivos do curso?

Bem, agora estando de fora e olhando para estes últimos 3 anos na EPGE, só posso realçar os bons momentos, se bem que haja um ou outro momento menos bom, mas nunca me posso esquecer que a escola me deu muito a conhecer e a aprender, que me tornou a profissional que sou hoje. Tenho ainda a salientar o bom relacionamento que há entre os alunos, professores e auxiliares.

Existe um ambiente familiar e de cumplicidade e tudo o que aprendi foi muito útil, no entanto acrescentava um pouco de outras disciplinas que a meu ver são importantes, como por exemplo a História.

Empresa acolhedora de estágios

Testemunho

A Escolinha da Pipas, é uma creche familiar, situada em Lisboa perto do parque das Conchas e que proporciona as condições adequadas para o desenvolvimento global e harmonioso das crianças.

Filipa Geraldes, directora desta instituição, concedeu-nos o seu testemunho enquanto parceira da EPGE nos estágios acolhendo as nossas alunas do Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância

> *"...realizar actividades durante o estágio é a forma de tomarem consciência do modo como se trabalha com as crianças pois obriga-os a pensar em actividades específicas."*

A Escolinha das Pipas é parceira da EPGE nos estágios, há dois anos. Como avalia esta experiência?

Tem sido uma experiência muito positiva, tanto para as Educadoras como para os Auxiliares de Educação pois permite uma partilha de conhecimentos e uma constante aprendizagem que a todos beneficia. As crianças aceitaram muito bem as estagiárias e após o estágio sentem a sua falta e perguntam frequentemente por elas.

Este curso tem pertinência no mercado de trabalho? Porquê?

Julgo que tem muita a pertinência. Um dos requisitos que exijo quando contrato alguém é que tenha formação na área, pois estes técnicos, por vezes, passam mais tempo com as crianças do que a Educadora, já que têm um horário de trabalho mais alargado.

As instituições estão preparadas para receber os Técnicos de Apoio à Infância, enquanto pessoas com formação específica e capacidade de apoio às Educadoras?

Nesta creche estamos preparados. O Projecto Pedagógico de sala é feito em equipa, portanto se houver mais conhecimentos dos técnicos de Apoio à Infância maior é a sua participação e, a sua intervenção diária tem mais qualidade pedagógica.

Tendo já recebido estagiários da nossa escola em dois anos consecutivos, que avaliação faz dos nossos alunos?

Acho que têm uma boa preparação e a exigência do estágio por parte da escola é fundamental para a aprendizagem destes técnicos. Terem que preparar e realizar actividades durante o estágio é a forma de tomarem consciência do modo como se trabalha com as crianças pois obriga-os a pensar em actividades específicas.

Se necessitasse de contratar alguém para a sua equipa, optaria por um Técnico de Apoio à Infância formado na EPGE?

Claro que sim, pois o curso tem uma formação muito completa e considero que o estágio é fundamental para a formação destes jovens.

Curso de Educação e Formação de Adultos - Protecção Civil

Oportunidade de valorização das aprendizagens adquiridas ao longo da vida e das capacidades pessoais e profissionais

Dirigidos a adultos com idade superior a 18 anos, que não conseguiram obter qualificações escolares em percursos normais, os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), têm-se revelado uma excelente oportunidade de valorização não só das aprendizagens, que de modo contínuo assimilam os saberes que estes foram adquirindo ao longo das suas vidas, como também das suas capacidades pessoais e consequentemente profissionais. De facto, as exigências tecnológicas e científicas que caracterizam a sociedade actual, denotam um progresso rápido e contínuo exigindo por parte de todos a crescente mobilização de diferentes meios para superar todas as alterações necessárias a uma maior adaptação e adequação às actividades e responsabilidades de todos enquanto indivíduos activos.

Proporcionar oportunidades de aprendizagens aos adultos nestes novos contextos, assim como potenciar o desenvolvimento de competências é acima de tudo gratificante enquanto contributo para o desenvolvimento das diferentes actividades profissionais no sentido em que se trabalhará melhor, com maior qualidade e com melhores resultados. Quanto mais se conhece mais se quer conhecer, e a curiosidade, essa, desperta de uma forma crescente!

Este trabalho com adultos tem de facto superado, e muito, as expectativas que vulgarmente se vem atribuindo a estas

Novas Oportunidades e o Entroncamento tem vindo a testemunhar esta nova realidade. Decorrem nas nossas instalações 3 áreas de formação para adultos, uma das quais o curso de Técnico de Protecção Civil. Esta foi uma área com bastante procura, cujo objectivo se centra na formação de profissionais que irão desenvolver actividades de prevenção de riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, assim como poderão participar no planeamento de actividades de atenuação dos seus efeitos, de protecção, socorro e assistência às pessoas e bens em perigo.

À semelhança de outras formações, em regime pós-laboral, esta exige um grande sacrifício por parte destes grupos que, ao longo de dois anos, caminham todos os finais de dia de trabalho para a ***escola***, onde esperam, de forma ávida, aprender "coisas novas" e adquirir novas ferramentas para utilizarem nas suas actividades profissionais. A componente técnica desta formação é bastante vasta em conhecimentos de cariz técnico e cientifico, sendo essa área o elemento motivador de todo o grupo.

Penso, contudo, da experiência por mim vivenciada, que a partilha de experiências entre formandos e formadores, e o convívio social que estas formações permitem são os grandes motores pela motivação e empenho que os adultos denotam ao longo do seu percurso formativo. Constata-se que existe num determinado momento deste percurso, um certo cansaço e instala-se a dúvida acerca da continuação deste processo. Porém, a ligação e o convívio entre todos é fundamental para ultrapassar o cansaço e as dúvidas. Os adultos que concluem esta formação não só crescem profissionalmente como se mostram mais capazes de lidar com as problemáticas da sociedade actual.

Testemunho de Paulo Correia, formando do curso EFA de Protecção Civil, do pólo/escola do Entroncamento

Iniciou a formação no decorrer do processo *RVCC Escolar* que interrompeu de imediato quando teve conhecimento da abertura de inscrições para este curso. O Paulo, bombeiro de profissão, decidiu investir nesta formação profissional de modo a poder adquirir novas competências nesta área, que se enquadra na sua actividade profissional.

"Voltei a estudar pela necessidade de obter o 12.º ano. Pertenço ao quadro de comando do Corpo de Bombeiros e a certificação profissional nesta área de formação abrirá, com certeza, oportunidades para desempenhar outras tarefas na minha actividade profissional.

Este curso tem superado as minhas expectativas iniciais, nomeadamente no que diz respeito aos módulos da componente técnica, como por exemplo Ecologia Geral, onde aprendi novos conteúdos que me fazem entender o que anteriormente não relacionava. Esta componente tem sido muito interessante e motivante pelas matérias leccionadas e pela troca de experiências profissionais com os meus colegas.

O desenvolvimento do Portfólio Reflexivo de Aprendizagem (PRA) tem contribuído para momentos de reflexão, de autoconhecimento e até para "desanuviar" do dia-a-dia.

Este curso tem-se revelado bastante exigente e trabalhoso, pois as aulas são diárias e decorrem após um dia de trabalho, no entanto começo a sentir a necessidade de vir à "Escola" não só para aprender mas também para conviver com os meus colegas. Somos um bom grupo!

Foi muito interessante a nossa participação no Workshop da Protecção Civil, em Oeiras, pois contactámos com situações de diferentes temáticas da componente técnica e a sua aplicação em contextos práticos. Esta actividade tem despoletado em mim a vontade de criar, aqui na nossa região, uma bolsa de voluntariado da protecção civil."

Workshop da Rede Nacional de Voluntariado da Protecção Civil

Os alunos do curso EFA de Técnico de Protecção Civil participaram no 2.º Workshop da Rede Nacional de Voluntariado da Protecção Civil que decorreu no auditório da biblioteca, em Oeiras, no dia 13 de Novembro de 2010. Nesta actividade os alunos **contactaram com diferentes entidades agentes da protecção civil, com diferentes metodologias no âmbito da gestão de prevenção, participaram nas diferentes estratégias organizacionais para executar com qualidade as medidas enquadradas no plano legislativo assim como**

"Os adultos que concluem esta formação não só crescem profissionalmente como se mostram mais capazes de lidar com as problemáticas da sociedade actual."

reconheceram as diferenças de actuação entre organismos públicos e associações de voluntariado.

Durante a manhã, Elza Chambel introduziu o Ano do Voluntariado (AEV), iniciativa que irá ser desenvolvida em todo o espaço europeu com o apoio do Parlamento Europeu. Em seguida, João Fonseca, do Instituto Superior Técnico, apresentou os riscos naturais, como grande incumbência e responsabilidade do estado para assegurar a segurança de todos os cidadãos. Os grandes desastres naturais têm assumido grande importância na organização da sociedade e dos Estados. Na análise e redução dos riscos foram apresentados os princípios gerais introduzindo a capacidade de decisão, a probabilidade de ocorrência de dano, a perigosidade e os níveis de intervenção.

Na segunda parte do programa, fez-se um exercício de resposta a uma catástrofe simulada. Enquanto observadores, pudemos assistir à organização e concertação dos diferentes meios e associações que entraram de imediato a dar resposta a um cenário de catástrofe proposto no concelho de Oeiras: um sismo de magnitude 6,5 e ainda uma lista de dados a considerar, nomeadamente infra-estruturas danificadas, cortes de redes de telecomunicação, número de mortos e edifícios destruídos, entre outros, que devem ser alvo de intervenção imediata.

Foi notável a verificação das condicionantes apontadas, dificuldades sentidas e ainda das diferentes actuações que, idealmente, deveriam concertar-se com mais organizações.

No final, foi unânime a sensibilização para os danos para o reconhecimento da necessidade de actuação de toda a sociedade civil assim como para a urgência de um planeamento activo.

Ana Correia
Coordenadora do Curso

Curso de Educação e Formação Práticas de Acção Educativa

"...curso para quem gosta mesmo de crianças. É durante o estágio que percebemos a sua importância e só com muito trabalho é que se consegue terminar com sucesso"

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) promovem o desenvolvimento de conhecimentos e competências para o mundo laboral, desenvolvem competências pessoais e sociais e renovam a relação de interesse pela escola e pela construção de um futuro projecto pessoal. O curso de **Práticas de Acção Educativa** (PAE), ministrado na EPGE desde 2006, está a funcionar, actualmente, nos pólos de Arruda dos Vinhos e Venda Nova e visa a formação de profissionais de nível 2, dotados de capacidades para cuidar de crianças até aos 12 anos.

Pelas características sociais e relacionais que estes alunos vão necessitar, futuramente, nos seus locais de trabalho, integrados em equipas de auxiliares de acção educativa, educadores, professores e animadores, é muito importante desenvolver neles as capacidades de saber-ser e saber-estar, que são transversais a todas as formações.

Neste curso procura trabalhar-se com os alunos através de dinâmicas pedagógicas, capacitando-os para serem eles próprios tão activos quanto possível na educação das crianças e jovens desde os 4 meses aos 12 anos de idade. As práticas do curso são diversificadas, desde os jogos pedagógicos, às actividades de expressões (plástica, dramática, musical e do movimento), aos trabalhos de grupo, construção de murais e cartazes informativos, entre outros, que visam explorar e transmitir os conhecimentos do curso.

Para além das práticas em contexto de sala de aula e de escola pretende-se, sempre que possível, que estes alunos desenvolvam, pontualmente, actividades em contexto real de trabalho em instituições vizinhas com valências para crianças e jovens até aos 12 anos e que estejam disponíveis para acolher estes alunos.

No decorrer da formação, os alunos desenvolvem conhecimentos na área da psicologia infantil, saúde, nutrição, cuidados básicos, higiene, animação de grupos e expressões. A partir destas áreas temáticas adquirem competências que serão trabalhadas durante a formação em contexto de trabalho (estágio), ao nível da vigilância e cuidado às crianças durante as actividades em sala ou exterior, nas horas das refeições e de repouso, assim como no apoio à dinamização de actividades lúdicas e pedagógicas.

Os estágios são desenvolvidos durante cerca de seis semanas em instituições como creches, jardins-de-infância, centros de actividades de tempos livres e outras instituições que acolhem crianças destas faixas etárias. O estágio é a oportunidade de experimentar, no contexto real, as diversas actividades, tais como colaborar na vigilância e cuidados às crianças, preparar e auxiliar durante as refeições e desenvolver actividades com as crianças, respeitando as suas rotinas.

O empenho dos alunos nas actividades propostas é essencial para o bom desenvolvimento do estágio, pois, ao contrário do que muitos pensarão, não é um curso fácil: é preciso muito trabalho e envolvimento na preparação de actividades, materiais e projectos do curso de modo a tirar o máximo partido desta formação que, muitas vezes, é apenas o início de um projecto de vida que avança na qualificação nesta área: apoio a crianças e jovens. Gostar de trabalhar com crianças destas idades é essencial para o sucesso pessoal e profissional destes alunos.

A equipa de professores da área tecnológica tem profissionais com formação e experiência de trabalho com crianças e jovens, que permite motivar os alunos e apoiar os conteúdos pedagógicos nas experiências do mundo do trabalho.

Testemunho

Evelina Davidova, 18 anos, ex-aluna do curso de Práticas de Acção Educativa. Actualmente é finalista do Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância.

"O curso de Práticas de Acção Educativa foi a minha primeira opção. Esta formação permitiu-me conhecer melhor o mundo das crianças, aprender e aplicar conhecimentos e proporcionou-me um grande crescimento pessoal. Gostei muito dos professores e do que aprendi de forma prática e muito útil e esta é uma grande diferença entre este CEF e o ensino regular.

A crítica que faço ao curso tem a ver com o número de horas, que são muitas, e que o torna muito cansativo: havia sempre actividades para preparar e desenvolver. Também penso que, antes do estágio, deveria haver mais visitas a locais que permitissem o contacto com as crianças.

Estagiei num ATL com crianças entre os 6 e os 12 anos e a primeira impressão não foi boa, pois a pessoa que no local me deveria orientar estava ausente frequentemente. O melhor do estágio foi ter conseguido resolver por mim própria, as situações difíceis que foram surgindo. Senti que aprendi muito. A minha experiência de estágio resumo-a em três palavras: **desconhecido** (de repente, parece tudo novo), **família** (passa a ser como…) **recompensador** (todo o esforço vale a pena).

Após ter terminado o estágio, tive uma experiência de trabalho durante um mês e meio, no local em que estagiei e onde aprendi ainda mais. Lidei com diferentes situações, algumas de maior responsabilidade mas já não senti a pressão da nota do estágio.

Quando concluí o curso entrei logo para o Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância dando seguimento ao que tinha iniciado e planeado.

Depois de concluir o 12.º ano gostaria de ir para a faculdade mas a escolha do curso superior ainda é para mim um dilema. Penso em Psicologia Infantil, Educação de Infância ou Turismo. Sinto grande inclinação para trabalhar com a infância e penso que o curso universitário será nessa área. Trabalhar com crianças é muito cansativo mas o esforço é recompensado.

Para os novos alunos desta formação eu aconselho muita força de vontade. Este curso é para quem gosta mesmo de crianças. É durante o estágio que percebemos a importância do curso e só com muito trabalho é que se consegue terminar com sucesso."

Rute Machado
Coordenadora do Curso

Um Olhar Sobre os Cursos Profissionais no Ensino Secundário

O presente artigo resulta de uma síntese da dissertação de Mestrado com o mesmo título defendida, pela autora, no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, em Janeiro de 2010.

O estudo que fundamentou este trabalho, realizado no ano lectivo 2007/08, teve como principal objectivo apurar e caracterizar as opiniões de alunos que frequentavam cursos profissionais de nível 3 (Técnico de Gestão de Equipamento Informático – TGEI - e Técnico de Apoio à Infância - TAI) e de docentes que os leccionavam. Procurou-se identificar as motivações que condicionaram a escolha dos alunos, o seu nível de satisfação com a opção tomada e as suas perspectivas quanto ao futuro profissional e académico. Relativamente aos docentes, auscultou-se a sua opinião sobre a pertinência da oferta de cursos profissionais no ensino secundário, a sua satisfação profissional, as razões que levaram os jovens a optar por este tipo de ensino e como perspectivavam o futuro profissional e académico dos seus alunos.

O instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada e semi-directiva realizada a alunos e docentes de uma Escola Profissional (EP) e duas Escolas Secundárias (ES) no concelho com a maior taxa de frequência de cursos profissionalmente qualificantes da área metropolitana de Lisboa.

A elaboração deste trabalho coincidiu temporalmente com a forte aposta do poder político no ensino profissional. Pretendia-se, então, ao nível do ensino secundário, conter e inverter tendências, desde há muito observadas, de elevados níveis de retenção e abandono, aumentando as taxas de participação nas vias vocacionais, particularmente nos cursos profissionais.

Alunos matriculados no ensino profissional - Evolução

Fonte: Ministério da Educação, GIASE, Séries Cronológicas do Sistema de Ensino (adaptado)

Este investimento nos cursos profissionais, que até 2004 só se constituíam como oferta curricular em escolas profissionais públicas e privadas, justificou-se, segundo o Governo, pelas baixas taxas de insucesso que se tinham vindo a verificar nestes cursos, assim como, pelos bons níveis de empregabilidade revelados.

Se a decisão política de generalizar a oferta de cursos profissionais a todas as escolas secundárias, e o consequente aumento de alunos e docentes envolvidos, representam um imenso desafio que pode levar a uma profunda mudança no tradicional perfil licealista e elitista destas escolas, o desafio para as escolas profissionais e para o seu modelo educativo não é menor.

Ao recolher as opiniões, quer de alunos, quer de professores/formadores, dos dois tipos de escolas, num concelho onde a taxa de participação em cursos profissionais é particularmente elevada, pretendeu-se contribuir para um melhor conhecimento de alguns dos contornos desta nova realidade, tendo por interlocutores dois dos seus protagonistas.

Os resultados obtidos permitem-nos detectar diferenças entre os dois grupos de alunos, desde logo no que respeita aos seus percursos escolares. Verificou-se que os alunos da ES apresentam trajectos escolares mais marcados pelo insucesso e pela frequência de modalidades "alternativas" de concretização da escolaridade básica, designadamente, a frequência de Cursos de Educação e Formação. Consequentemente o desfasamento etário face à idade normal de frequência do 10º ano de escolaridade (15 anos) é expressivo, verificando-se que a idade média dos alunos da ES é de 17,4 anos, enquanto que para os entrevistados da EP este valor é de 16,5 anos.

O estudo revelou, igualmente, diferenças significativas na origem socioeconómica dos alunos com clara desvantagem para os alunos da ES. Estes, principalmente no caso dos alunos de TAI, provinham de famílias com poucas ou nenhumas qualificações académicas e profissões ligadas ao trabalho dependente, como operários ou trabalhadores não qualificados, enquanto no caso dos alunos da EP se observou uma maior diversidade, tanto ao nível das habilitações académicas, como ao nível do tipo de actividade económica dos seus progenitores.

Os docentes entrevistados da EP e da ES apresentavam características de idade, sexo e antiguidade no desempenho da função docente, semelhantes. Deve-se, contudo, realçar as diferenças existentes entre os seus percursos/situações profissionais. Enquanto a maioria dos docentes da EP fizeram a sua carreira docente, em exclusivo, numa escola profissional, à excepção de um professor da ES que durante alguns anos leccionou numa escola profissional, todos os outros estavam pela primeira vez a leccionar cursos profissionais. Acresce, ainda, o facto de a maioria dos docentes das áreas tecnológicas da EP se encontrarem em regime de acumulação de funções docentes com outra actividade profissional, numa área afim das unidades curriculares que leccionavam, situação que não se observava nos professores da ES. Finalmente, deve-se fazer menção ao modelo de vínculo laboral dos docentes com a instituição, mais precário no grupo de professores da EP do que no da ES.

Apresentam-se, de seguida e em síntese, as principais conclusões produzidas por este estudo, segundo cinco vectores: escolha do curso e da escola; satisfação com a opção; perspectivas quanto ao futuro; motivação profissional dos professores/formadores; e o que pensam os professores/formadores do ensino profissional. Uma leitura mais aprofundada poderá ser concretizada no texto da dissertação citada.

Escolha do curso e da escola: razões/motivações

Sobre as razões e motivações para a escolha do curso e da escola verificou-se que para um elevado número de alunos que frequentava a ES o processo de escolha de um curso profissional foi, sem dúvida, condicionado por opções ou escolhas anteriores. De facto, observou-se que existiu uma deslocação no tempo da decisão do final do 9º ano para o 8º ou mesmo para o 7º ano. Este fenómeno, recente no nosso sistema educativo, está directamente relacionado com percursos escolares muito marcados pelo insucesso e com a baixa auto-estima escolar, verificada em alguns destes alunos, que conduz a que estes e as suas famílias procurem ou aceitem alternativas tidas como mais facilitadores da conclusão do ensino básico – como mencionaram alguns alunos, "os CEF têm a vantagem de não se ter que fazer os exames do 9º ano" – mas que, desde logo, determinam futuras opções.

Assim, após concluírem o ensino básico, os alunos que frequentaram um CEF e pretenderam prosseguir estudos fizeram-no "naturalmente" na mesma escola, num curso profissional de uma área afim do CEF que concluíram. Aparentemente "conformados" a maioria destes alunos não relatou comportamentos de procura activa de alternativas em termos de cursos e escolas, tendo recorrido, fundamental-

mente, a fontes de informação internas à escola que frequentavam: os seus professores e os técnicos do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO).

Por outro lado, a maioria dos alunos que frequentavam a EP – particularmente os de TGEI – revelou-nos uma outra realidade. Observou-se que a maioria frequentou o ensino básico regular, tendo decidido optar por um curso profissional sem outro condicionamento que não fosse a sua vontade. Estes alunos mostraram uma atitude mais proactiva na procura de informação sobre as alternativas que de facto tinham ao nível dos cursos e escolas disponíveis, mencionando ter recorrido a fontes diversificadas, dentro e fora da escola, procurando sustentar a sua decisão na ponderação de vários factores entre os quais a escolha de uma escola com "prestígio", a qualidade dos seus cursos, demonstrando, no geral, um maior empenhamento na construção e planeamento dos seus projectos vocacionais. Relativamente aos dados obtidos, importa, ainda referir, a reduzida menção feita pelos entrevistados, tanto da ES como da EP, a razões e motivações relacionadas com a preparação para uma profissão ou a inserção no mercado de trabalho.

Esta "aparente" desvalorização do peso da componente profissional, dos cursos profissionais, na decisão dos alunos e das suas famílias observou-se, também, nas respostas dos professores/formadores entrevistados. Para os entrevistados da ES, a orientação feita pelo SPO e a crença que esta seria uma via mais fácil/mais prática para concluir o ensino secundário, foram os factores que mais influenciaram a escolha dos alunos, enquanto para os professores/formadores da EP o mais determinante teria sido a influência de familiares ou amigos, o prestígio granjeado pelas escolas e cursos profissionais e a convicção de ser esta uma via mais fácil/prática de concluir o secundário.

No caso dos professores/formadores da ES é ainda de referir a alusão ao percurso escolar anterior dos alunos, a frequência de um CEF, como determinante para a escolha de um curso profissional. Nas palavras de um professor de TGEI "todos vieram não por nenhuma razão em especial, foi porque era um seguimento relativamente ao CEF, só isso".

A maioria dos docentes entrevistados considerou que os seus alunos não estavam devidamente esclarecidos sobre o curso que escolheram. Para esta falta de esclarecimento muito contribuiu, na sua opinião, a deficiente divulgação dos cursos profissionais e a ineficácia dos serviços de orientação escolar/profissional.

Satisfação com a opção

Relativamente à satisfação com o curso que estão a frequentar concluiu-se que, com excepção dos alunos de TGEI da ES, os entrevistados estavam satisfeitos notando-se, no entanto, diferenças nas razões apontadas para essa satisfação.

Foi no grupo de alunos que frequentavam o curso de TGEI na ES que se observaram mais sinais de insatisfação com o curso e foi também neste grupo que se registou o facto de um maior número de alunos já ter alguma vez ponderado desistir ou mudar para um curso "mais fácil". A razão apontada para a insatisfação foi a dificuldade e exigência do próprio curso, sobressaindo, do seu discurso, o desconhecimento do currículo do curso e alguma perplexidade perante o nível de dificuldade e exigência do mesmo. Uma das alunas de TGEI referiu no decorrer da entrevista: "disseram-me [SPO] que o curso iria ser mais fácil, que era mais fácil de fazer (…) e é tudo ao contrário. Às vezes digo que me enganaram (…)".

Perspectivas quanto ao futuro

Os dados apurados permitem-nos concluir que são os alunos de TAI da EP que manifestaram mais dúvidas sobre se o curso, que estavam a frequentar, lhes iria facilitar o acesso a um bom emprego, revelando apreensão quanto ao futuro e algum realismo face ao mercado de trabalho. De facto, a maioria destes alunos, conscientes da imprevisibilidade do seu futuro profissional, ponderava o prosseguimento de estudos como forma de garantir um melhor emprego.

Os alunos de TGEI da EP, os mais novos da amostra, revelaram-se mais seguros e despreocupados quanto ao seu futuro profissional e não apresentaram dúvidas relativamente ao desenvolvimento de uma actividade profissional na área do curso que estavam a frequentar. Não obstante a confiança demonstrada, 40% dos alunos pensava prosseguir, de imediato, estudos no ensino superior na mesma área, sendo de mencionar que esta vontade surge associada à ambição de aprofundar conhecimentos e não à incerteza quanto ao seu futuro profissional, como se constatou relativamente aos seus colegas de TAI. A este optimismo quanto ao futuro, não deve ser estranha a convicção que possuíam, quer quanto à valorização social e profissional desta área, quer à maior solidez do seu projecto vocacional.

As opiniões expressas pelos alunos de TAI e TGEI da ES quanto a este tema revelaram que a maioria tinha confiança que o curso que estava a frequentar lhe iria facilitar o acesso a um bom emprego. Uma das possíveis razões para este optimismo, sobretudo no grupo de alunos de TAI, pode estar relacionada com mais baixas expectativas relativamente ao seu projecto de vida (formação, profissão) a que não deve ser alheia a sua origem socioeconómica. Constatou-se, ainda, que cerca de metade destes alunos considerava começar a trabalhar logo que terminasse o curso, não colocando a hipótese de prosseguimento de estudos. Os restantes ponderavam prosseguir estudos na mesma área ou frequentar outras formações em áreas distintas, já que no futuro gostariam de exercer profissões que em nada se relacionavam com a formação que estavam a frequentar. Com efeito, um dos aspectos que merece referência relativamente a este grupo de alunos é a assinalável incoerência e indefinição dos seus projectos vocacionais.

As perspectivas dos docentes da EP e da ES que participaram neste estudo relativamente ao futuro profissional e académico dos seus alunos foram, claramente, diferentes. Os primeiros, embora reconhecessem vantagem aos alunos de TGEI relativamente aos seus colegas de TAI, mostraram-se optimistas quanto à possibilidade de uma fácil inserção no mercado de trabalho e quanto à possibilidade dos seus alunos prosseguirem estudos, caso o desejassem. Os docentes da ES, muito embora reconhecessem que a frequência de um curso profissional poderia ser uma mais-valia para os jovens que pretendessem ingressar no mercado de trabalho, ao manifestarem baixas expectativas quanto ao desempenho dos seus alunos, revelaram-se menos optimistas quanto à inserção dos mesmos no mercado de trabalho e descrentes na sua possibilidade de prosseguimento de estudos.

Motivação profissional dos professores/formadores

Os dados obtidos permitem-nos concluir que, apesar de se manter a indefinição sobre a carreira dos docentes das escolas profissionais e de se observar uma preocupante precariedade do vínculo contratual, a grande maioria dos docentes da EP manifestou uma motivação superior para leccionar os cursos profissionais, em relação à motivação manifestada pelos seus colegas das escolas secundárias. O bom nível de satisfação, patenteado pelos primeiros, parece estar relacionado com o tipo de envolvimento e integração

na própria escola e no seu projecto educativo, enquanto a opinião dos segundos, persistindo em representações negativas associadas aos cursos profissionalmente qualificantes, revelava pouca satisfação ou mesmo insatisfação e pouca motivação. No caso da ES parece-nos, ainda, transparecer alguma impreparação e precipitação na introdução destes cursos, tendo os docentes sido confrontados com uma realidade que desconheciam e para a qual não se sentiam preparados: – "foi mais uma prenda que me deram, disseram-me vais dar os cursos profissionais a uma turma de profissional. Sabia que era um curso diferente mas nunca tive vontade de experimentar, foi-me imposto o curso profissional" -, não sendo, por isso, de estranhar que uma das razões mais apontadas para a falta de motivação por parte destes docentes seja «as falhas na implementação do modelo».

O que pensam os professores do ensino profissional

A relevância da oferta de cursos profissionais ao nível do ensino secundário não foi questionada por nenhum dos entrevistados, no entanto, a sua visão sobre este tipo de ensino revelou-se distinta. Se os docentes da ES o encaravam, maioritariamente, como uma formação terminal que facilita a inserção dos alunos no mercado do trabalho, os seus colegas da EP, ao apontarem também "a dupla certificação" como uma das vantagens do ensino profissional, demonstraram possuir uma visão mais abrangente e menos "funcional" deste tipo de ensino.

No que respeita à generalização da oferta dos cursos profissionais às escolas secundárias, embora nenhum dos entrevistados tivesse expressado total discordância, apenas uma minoria manifestou concordar sem reservas com a medida.

Naturalmente as reservas de uns e outros foram distintas. Os docentes da EP duvidavam, sobretudo, da capacidade de concretização do modelo porque, na sua opinião, os docentes da ES, dado o seu tradicional afastamento da realidade do mundo do trabalho, não possuíam o perfil adequado para leccionar as áreas tecnológicas destes cursos e às escolas faltava autonomia para recrutar os professores/formadores que melhor se adequassem a este projecto. Os entrevistados referiam, ainda, que o próprio ambiente/cultura das escolas secundárias não era favorável ao desenvolvimento de um projecto deste tipo, uma vez que o seu modelo organizativo e pedagógico se orientava, principalmente, para a preparação dos alunos para o prosseguimento de estudos.

Os docentes da ES para além de terem apontado críticas ao processo, lamentando-se sobretudo da falta de informação e formação, colocavam a tónica no perfil desadequado dos alunos que estavam a ser orientados para os cursos profissionais. Na sua opinião, a maior dificuldade na concretização deste projecto residia na desadequação dos planos curriculares, muito ambiciosos, face a alunos que apresentavam níveis de conhecimentos demasiado baixos e comportamentos desajustados relativamente à escola. Perante esta constatação, alguns docentes advertiam para as consequências negativas que esta medida poderia ter ao nível da deterioração do ambiente/clima das ES, bem como, na qualidade do perfil de formação dos alunos e da consequente credibilidade dos cursos profissionais. Face às baixas expectativas relativamente às possibilidades de sucesso dos seus alunos, não surpreende que a maioria dos entrevistados, embora admitindo que esta medida poderia contribuir para a diminuição do abandono escolar no imediato, colocasse sérias dúvidas quanto à sua eficácia no que respeita à diminuição do insucesso escolar.

Efectivamente, podemos concluir que a diferença observada nos discursos dos docentes da EP e da ES pode estar relacionada com a inexistência, ainda, por parte dos docentes da ES, de um entendimento pleno das particularidades do modelo pedagógico das escolas profissionais e, sobretudo, das efectivas potencialidades de gestão de um currículo estruturado em módulos.

Por fim, importa partilhar com o leitor algumas reflexões finais que resultam do interesse e do atento acompanhamento do projecto das escolas profissionais durante os vinte anos da sua existência, bem como, da leitura de diversos estudos que se têm debruçado sobre esta temática. Estas reflexões são, igualmente, sustentadas nas opiniões recolhidas junto de alunos e de professores.

Os dados apresentados, as opiniões recolhidas e a sua interpretação permitem concluir que a generalização do ensino profissional e, principalmente, do modelo pedagógico das escolas profissionais às escolas secundárias está longe de estar conseguido.

Se é verdade que a grande maioria das escolas secundárias possui já este tipo de oferta formativa e que os indicadores estatísticos revelam ganhos importantes ao nível do aumento das taxas de frequência do ensino secundário e de uma redução significativa no abandono escolar, já o sentimento dos professores quanto à qualidade das formações

"... parece ser necessário que se mantenha e diversifique o investimento neste tipo de ensino, para além da mera massificação da frequência, definindo e efectivando linhas orientadoras que promovam uma verdadeira orientação escolar e profissional que acompanhe os alunos ao longo de todo o percurso escolar, apoiando-os no desenvolvimento/reformulação do seu projecto vocacional."

e ao sucesso desta iniciativa está longe de ser optimista. Quanto aos alunos é visível que a razão da sua opção pela frequência deste tipo de ensino se encontra fragilmente suportada em projectos vocacionais, resultando, antes, de trajectos escolares precocemente orientados para vias alternativas de educação e formação. Acresce, ainda, que os dados recolhidos parecem indicar uma acentuada tendência para que o incremento de alunos, a frequentar os cursos profissionais nas ES, se faça junto de camadas socioculturais e económicas mais desfavorecidas.

Assim, parece ser necessário que se mantenha e diversifique o investimento neste tipo de ensino, para além da mera massificação da frequência, definindo e efectivando linhas orientadoras que promovam uma verdadeira orientação escolar e profissional que acompanhe os alunos ao longo de todo o percurso escolar, apoiando-os no desenvolvimento/reformulação do seu projecto vocacional. Deve-se estar consciente que esta "missão" não cabe apenas aos técnicos dos Serviços de Psicologia e Orientação das escolas, mas a todos os agentes educativos, incluindo os professores/formadores, família e comunidade, pois cada um deles desempenha um papel importante na construção e desenvolvimento do projecto vocacional e de vida dos jovens.

Deve ser, ainda, assumido que **o ensino profissional não pode ser entendido apenas como um caminho de remediação do insucesso escolar, antes pelo contrário, deve constituir-se como uma alternativa credível aos cursos científico-humanísticos, mantendo as características de exigência e de rigor que fizeram dele uma referência de sucesso. O verdadeiro combate ao insucesso escolar deve ser concretizado com políticas de acompanhamento e de prevenção que o antecipem.**

Finalmente, é importante combater preconceitos e baixas expectativas há muito instalados sobre a pouca capacidade que os alunos que frequentam este tipo de ensino exibem, promovendo acções que levem à interiorização por parte dos professores das estratégias que uma organização modular dos currículos potencia, quer na aquisição de conhecimentos, quer na motivação para as aprendizagens, pondo em prática uma verdadeira pedagogia diferenciada. Concomitantemente, o eventual sucesso profissional associado ao reconhecimento social e económico que os diplomados pelas escolas secundárias venham a atingir, será um contributo importante para o combate a estes preconceitos.

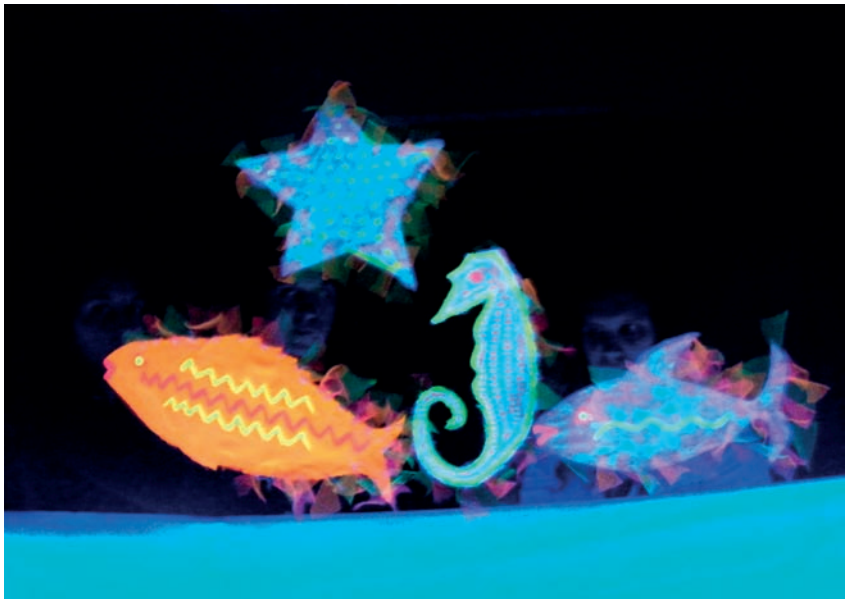
As EP, por seu lado, perderam parte da sua autonomia, sobretudo na gestão do currículo tecnológico, em virtude das normas que têm vindo a ser produzidas, tendo, por isso, que encontrar novos caminhos que lhes permitam continuar a responder às potenciais necessidades do mercado, mantendo os níveis de qualidade e o reconhecimento que alcançaram junto do tecido económico e social. Por outro lado, considerando esta nova conjuntura, ***afigura-se que a sobrevivência das escolas profissionais pode estar em perigo, tornando-se imperioso que o Estado defina, sem ambiguidades, qual o papel que lhes reserva.***

[1] Ramos, F.M.C.. (2009). Um Olhar Sobre os Cursos Profissionais no Ensino Secundário – Sondagem de Opinião a Alunos e Professores. Dissertação de Mestrado em Psicologia Aplicada Especialidade de Psicologia Educacional apresentada Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

Filomena Ramos
Mestre em Psicologia Educacional

Criatividade na Prática Pedagógica

Estimular e integrar métodos activos que apelem à criatividade de docentes e alunos



O Gabinete de Inovação Pedagógica (GIPE) emite trimestralmente um Boletim com o objectivo de divulgar as suas iniciativas e projectos, assim como apresentar autores, estudos, livros técnicos, artigos para reflexão, formações, seminários e conferências relacionadas com a pedagogia e a inovação nas formas de pensar o processo de ensino-aprendizagem.

Em Setembro, o Boletim foi dedicado ao tema "O papel da Criatividade na Prática Pedagógica" que, pela sua pertinência, vamos partilhar com os leitores da *EIFFEL*.

A Renata Almeida, licenciada em Psicologia, e a Susana Ferreira, licenciada em Animação Cultural e Educação Comunitária, da EPGE do Entroncamento, apresentam um texto que reflecte sobre a criatividade e o papel das expressões artísticas. De acordo com as autoras *"A criatividade assume um papel de relevo na prática pedagógica, dentro de uma escola que se quer permanentemente renovada e reinventada. No mundo contemporâneo, marcado por conflitos religiosos, turbulências sociais e económicas, declínio de valores éticos, progresso tecnológico e desafios de toda ordem, torna-se imperativo o investimento no desenvolvimento do potencial criativo humano, exigindo de todos um constante papel de auto-aperfeiçoamento e de resolução criativa de problemas. À escola é cada vez mais exigido um papel preponderante no desenvolvimento desse potencial junto dos seus alunos.*

O indivíduo é responsável pelo acto criativo, agente da sua própria educação, estando sujeito a diversos estímulos, que devem basear-se numa aprendizagem criativa. Ele é constituído por capacidades mentais responsáveis pelo processo criativo, tais como flexibilidade, fluência, originalidade, criação. Os estímulos devem assentar no favorecimento do potencial criativo de cada um, através de diversas disciplinas, de forma a valorizar o pensamento produtivo. (…) Através das artes o indivíduo desenvolve a criatividade, e sendo esta inata a todo o ser humano, deve ser estimulada, trabalhada. (…) Esta aprendizagem criativa pode ser desencadeada em diversas áreas do conhecimento, apelando assim à interdisciplinaridade e envolvimento em diversos projectos, quer em contexto escolar, quer na comunidade envolvente."

Referem ainda que, ao estimular o processo criativo se estão a desenvolver estruturas do auto-conceito dos indivíduos, que permitem ter uma melhor visão de si próprios e, acrescentamos, do mundo que nos rodeia. O processo criativo possibilita aos sujeitos imprimir na acção algo que é seu, único, recorrendo à utilização de um pensamento livre, desprovido de comparações ou de regras institucionalizadas, pois trata-se, segundo as autoras, de um processo *"ausente de competição, controlo excessivo e pressão"*.

O engenheiro Adelino Serras, membro da Direcção da Cooptécnica faz uma reflexão sobre o papel dos *media* no espaço educativo entre a escola e a família, referindo que *"No domínio da educação, a família e a escola partilhavam o papel hegemónico, até que surgiu uma "escola paralela" que não pediu licença para ensinar: os media."* Caracterizando esta nova presença como um desafio para a escola, especialmente um desafio à sua capacidade criativa e inovadora. Nas palavras do autor: *"Competir com os media implica competir com áreas e temáticas que suscitam especial interesse junto de crianças e jovens."*

É nesta necessidade de a escola se impor como um agente motivador para os jovens que a criatividade surge como a ferramenta ideal para operar este papel. De acordo com o autor, "*O espaço escolar deve ser potenciado enquanto espaço facilitador da criatividade, promotor da descoberta e da experimentação. Não se trata de uma abordagem à criatividade como um produto/resultado, mas como um meio/recurso. Um recurso-chave para o sucesso escolar, a procura de conhecimento, a aventura para lá do seguro e a exploração do desconhecido."*

Desta forma, através da experimentação e prática criativa a escola pode combater a desmotivação e o insucesso, pois "*A aprendizagem é o resultado de um esforço criativo, cujo ponto de partida é a motivação. A motivação e a criatividade devem ser perspectivadas enquanto variáveis intrínsecas – só há criatividade se houver motivação para que a tarefa seja executada – e determinantes para o sucesso do aluno e para a qualidade da aprendizagem.*"

Refere também que *"A escola criativa deve reconhecer que a sua missão não se esgota no espaço escolar, mas no seu território de influência. Essa missão promove um outro desafio: agir em tempo real e fazê-lo em qualquer espaço que se situe no território de influência da escola, como é caso do espaço familiar."*

A professora Sílvia Areias, responsável pelo Centro de Recursos Ferreira Cardoso e docente, foi entrevistada pela vasta energia criativa que imprime no dia-a-dia à sua volta, e quando lhe foi perguntado qual o papel da criatividade na prática pedagógica respondeu que "*Uma prática pedagógica saudável fomentada pela presença de criatividade na dinâmica e apresentação dos conteúdos leccionados permite atingir resultados mais satisfatórios, nomeadamente na motivação, empenho e participação dos alunos. A criatividade permite ensinar consoante as dificuldades dos alunos, adaptando os materiais e a abordagem às temáticas e às suas reais necessidades, aumentando assim a probabilidade de uma aprendizagem mais consistente*".

Sobre a criatividade na sala de aula, apontou uma série de estratégias como a "*utilização de equipamentos informáticos, o ensino interactivo, em detrimento do ensino apenas expositivo, uma abordagem real dos conteúdos leccionados, nomeadamente através de visitas aos diferentes serviços da comunidade que retratem a matéria dada; implicação dos alunos na dinâmica da aula (pôr os jovens a dar algumas aulas, realizarem trabalhos, role-playing/ simulação de situações).*"

Relativamente ao trabalho que desenvolve no Centro de Recursos, refere que "*aquilo que se pretende é envolver os alunos nas actividades escolares e "explorar" talentos escondidos*". Assim, a forma de chegar até aos alunos e levá-los a participar "*é sempre apelando ao sentido lúdico da actividade*", contudo, por vezes, este apelo não dá frutos apenas nas actividades do Centro de Recursos pois *"deste envolvimento e proximidade resulta, muitas vezes, a abertura que necessitamos para incentivar ao estudo e à alteração de comportamentos"*. Refere dizendo que "no *passado ano lectivo foram feitas várias exposições na escola e nunca houve necessidade de "vigiar" os trabalhos. Estes jovens funcionam muito com códigos e um deles é o respeito e a preservação do trabalho dos colegas"*.

Assim, de acordo com Sílvia Areias, "os *alunos deverão ver o Centro Recursos, como um local que trabalha para eles e com eles"*.

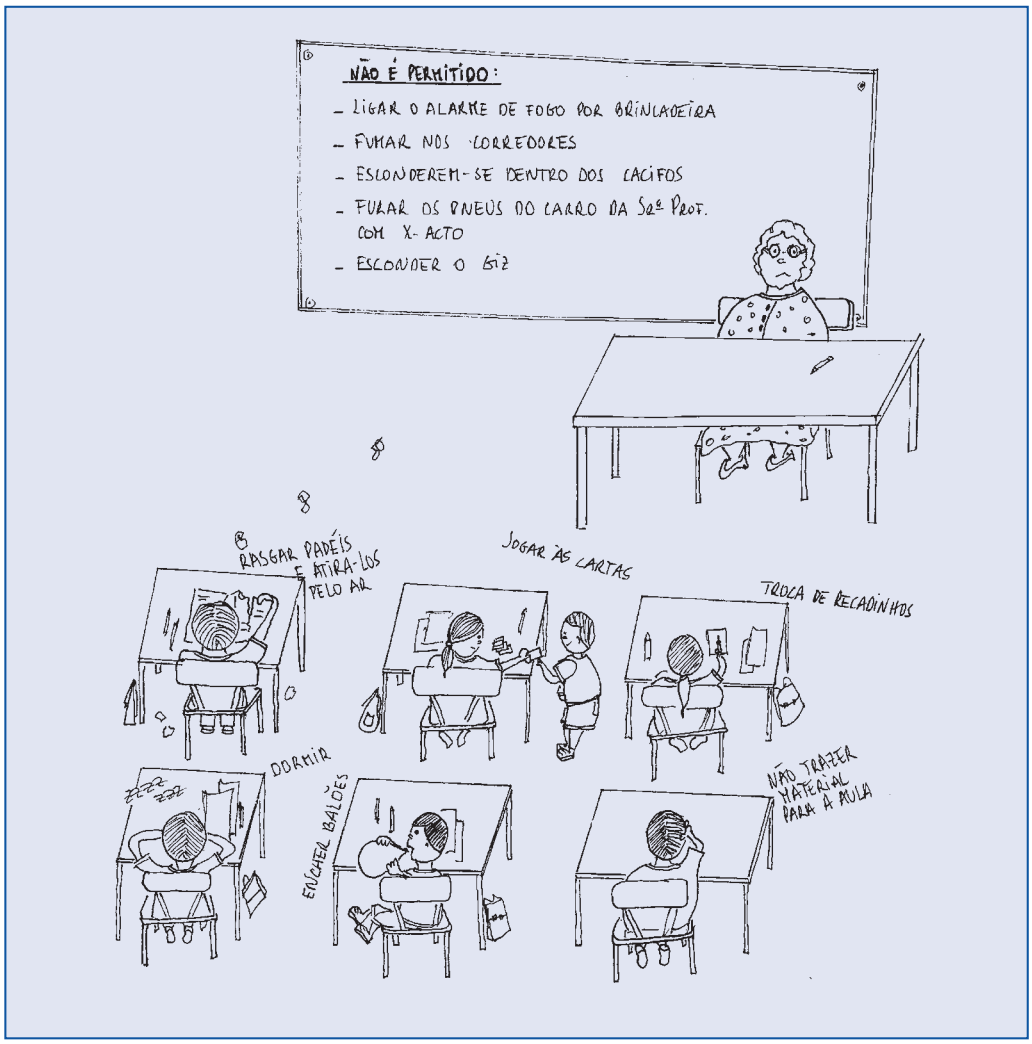
Em todos estes contributos existe uma mensagem comum: **a responsabilidade da escola em estimular e integrar nas suas práticas métodos activos, que apelem à criatividade de cada um, docentes e alunos**.

Rute Machado e Raquel Carvalho
Técnicas do GIPE

Acção de Formação: Uma Escola Positiva – Disciplina e Resolução de Conflitos em Contexto Escolar

Na resolução de problemas como a indisciplina é essencial que todos os agentes educativos actuem de forma concertada e, fundamentalmente, numa perspectiva de prevenção

O Gabinete de Inovação Pedagógica (GIPE) realizou no início de Setembro a Acção de Formação "Uma Escola Positiva – Disciplina e Resolução de Conflitos em Contexto Escolar". As sessões decorreram no pólo do Entroncamento e no pólo da Venda Nova. Esta Acção dirigiu-se a todos os docentes e formadores dos cursos de Ensino Profissional, Cursos de Educação e Formação de Jovens e de Sistema de Aprendizagem da EPGE, tendo também, estado presentes os professores da Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos. As sessões foram orientadas pelas duas Técnicas do GIPE e tiveram a participação, no total, de 124 docentes. Esta Acção de Formação foi realizada em duas sessões de 4 horas, num total



- *Verifica-se que jovens provenientes de um ambiente familiar democrático evidenciam melhores níveis de desenvolvimento psicossocial e de desempenho académico.*
- *Apesar dos conflitos entre os pais e os adolescentes, a família constitui um importante suporte social.*
- *O envolvimento parental na vida académica do adolescente é fundamental, promovendo um melhor desempenho académico e reduzindo problemas comportamentais.*
- *Em contexto escolar os professores devem promover ambientes democráticos e envolver ao máximo os pais na vida académica dos jovens.*

In Uma Escola Positiva – Disciplina em Contexto Escolar, edições Gustave Eiffel

de 8 horas formativas, durante as quais se debateram temas relacionados com a indisciplina, abordando-se os factores de risco e de protecção e as estratégias de gestão de conflitos em contexto de sala de aula.

A indisciplina apresenta-se como um problema complexo e multifactorial que afecta cada vez mais a acção e a relação educativa professor-aluno, bem como a comunidade educativa no seu todo e está muitas vezes associada a questões de insucesso e de abandono escolar.

A nossa escola é uma ESCOLA para TODOS e fundamenta-se em princípios de inclusão e de valorização do indivíduo num processo educativo integral, pelo que se torna fundamental a necessidade de desenvolver acções de carácter formativo, de reflexão e partilha de conhecimentos, que tenham como objectivo envolver os educadores em práticas profissionais que capacitem ou reforcem a utilização de estratégias que promovam um bom clima relacional. Face a problemas como a indisciplina, é essencial uma acção conjunta e concertada dos responsáveis educativos que incite à procura de soluções que melhor contribuam para resolver os conflitos e, sobretudo, que actuem de forma preventiva.

A Acção de Formação teve como principais objectivos **promover nos docentes a capacidade de resolução de situações de indisciplina, de gestão de um clima interpessoal positivo e potenciar a utilização de estratégias promotoras do envolvimento dos alunos, facultando informação enquadrada em bases teóricas, fornecendo pistas de reflexão e de acção que contribuem para uma melhor relação pedagógica em contexto de sala de aula.**

Na avaliação realizada pelos participantes verificou-se que as sessões corresponderam positivamente às expectativas iniciais, tendo sido evidenciado um maior interesse pela segunda sessão, que incidiu na gestão de conflitos e na motivação dos alunos em contexto de sala de aula.

Os docentes tiveram oportunidade de deixar sugestões ou comentários e a realização de outras sessões é a sugestão mais referida. Assim, tendo em consideração a opinião favorável relativamente à utilidade, interesse e importância desta formação, julgamos pertinente dar-lhe continuidade com momentos de partilha, reflexão e trabalho orientado para práticas pedagógicas que procurem dar respostas às dificuldades emergentes na relação pedagógica professor-aluno.

O papel dos professores assume cada vez maior relevância na relação pedagógica com os alunos, em que se exige que assuma, ferquentemente, a função de *adulto significativo* na vida destes. Ser *adulto significativo* não é substituir a família, nem é responsabilizar-se pelo que o aluno faz ou diz, é ser orientador dos processos de escolha (de amigos, projectos, etc.), é mostrar preocupação pelos seus problemas e construir uma relação de sinceridade, de interesse e de disponibilidade. Diferentes professores, de uma mesma turma podem ter este papel, muitas vezes, essencial na construção de um projecto pessoal com os jovens.

O GIPE pretende dar continuidade a este tipo de acções formativas, implementando sessões orientadas para a discussão de estudos de caso e de planificação de estratégias de resolução de conflitos, promotoras de um bom clima relacional. **Espera-se, ainda, vir a desenvolver acções de formação dirigidas a pais e encarregados de educação, de modo a envolvê-los no Projecto Educativo da Escola, para que todos, em conjunto, possamos construir uma Escola mais Positiva.**

Rute Machado e Raquel Carvalho
Técnicas do GIPE

Acção de Formação para Professores – A função de Orientador Educativo de Turma

Reflectir, inovar e trocar experiências

A Direcção Pedagógica organizou, no início do ano lectivo, uma Acção de Formação para todos os professores, sobre a função de Orientador Educativo de Turma (OET), por se considerar determinante esta função no sucesso dos alunos. Durante quatro horas houve debates, *workshops,* exposições e troca de experiências, num total de oito grupos e trinta e duas horas de formação.

Esta acção teve como principal objectivo debater, com os professores, a importância da função de OET, trocar experiências e preparar os professores para um novo ano. Sabemos que pela troca de experiências poderemos encontrar o melhor caminho e que a partilha permite crescer profissionalmente numa actividade que não se confina ao manual escolar.

A nossa escola é para todos e sobretudo para quem dela mais necessita e não raras vezes sentimos que a necessidade não é apenas ao nível do conhecimento, mas sobretudo ao nível da formação do indivíduo e da orientação de vida. Actualmente, muitos jovens vivem em núcleos familiares desestruturadas ou no seio de famílias que "não têm tempo". Jovens a quem a vida empurrou para situações que roçam a miséria humana ou para situações em que os bens materiais abundam como forma de compensação pela falta de atenção. Jovens que estão constantemente a ser solicitados com tantas coisas que nem sempre têm tempo para a escola ou que a deixam para um plano secundário.

> *"...unir os esforços de todos os docentes, trocar experiências e conhecimentos e promover acções/sessões de trabalho, que se revelam de grande importância."*

Vivemos uma época em que o tempo é um bem precioso e algumas famílias não o têm para poder orientar os seus jovens, deixando para a escola essa tarefa, demitindo-se do seu papel, por vezes, de uma forma chocante.

Assim, é cada vez mais frequente serem os docentes a desempenhar essa função "apadrinhada" por todos, numa actuação conjunta e integrada, numa engrenagem que se quer oleada, competindo ao OET garantir que isto aconteça. Consideramos, no entanto que a família não pode ser substituída, por isso cabe-nos a nós, arranjar estratégias para trazer a família à Escola e envolvê-la no processo educativo dos seus educandos o que, nem sempre é fácil porque … "não têm tempo" …

É nossa missão, nem sempre fácil, formar estes jovens para "saber estar", "saber ser" e "saber fazer", prepará-los para os desafios da vida em sociedade e para o mundo do trabalho, dando-lhes as ferramentas necessárias para alcançarem o sucesso pessoal e profissional.

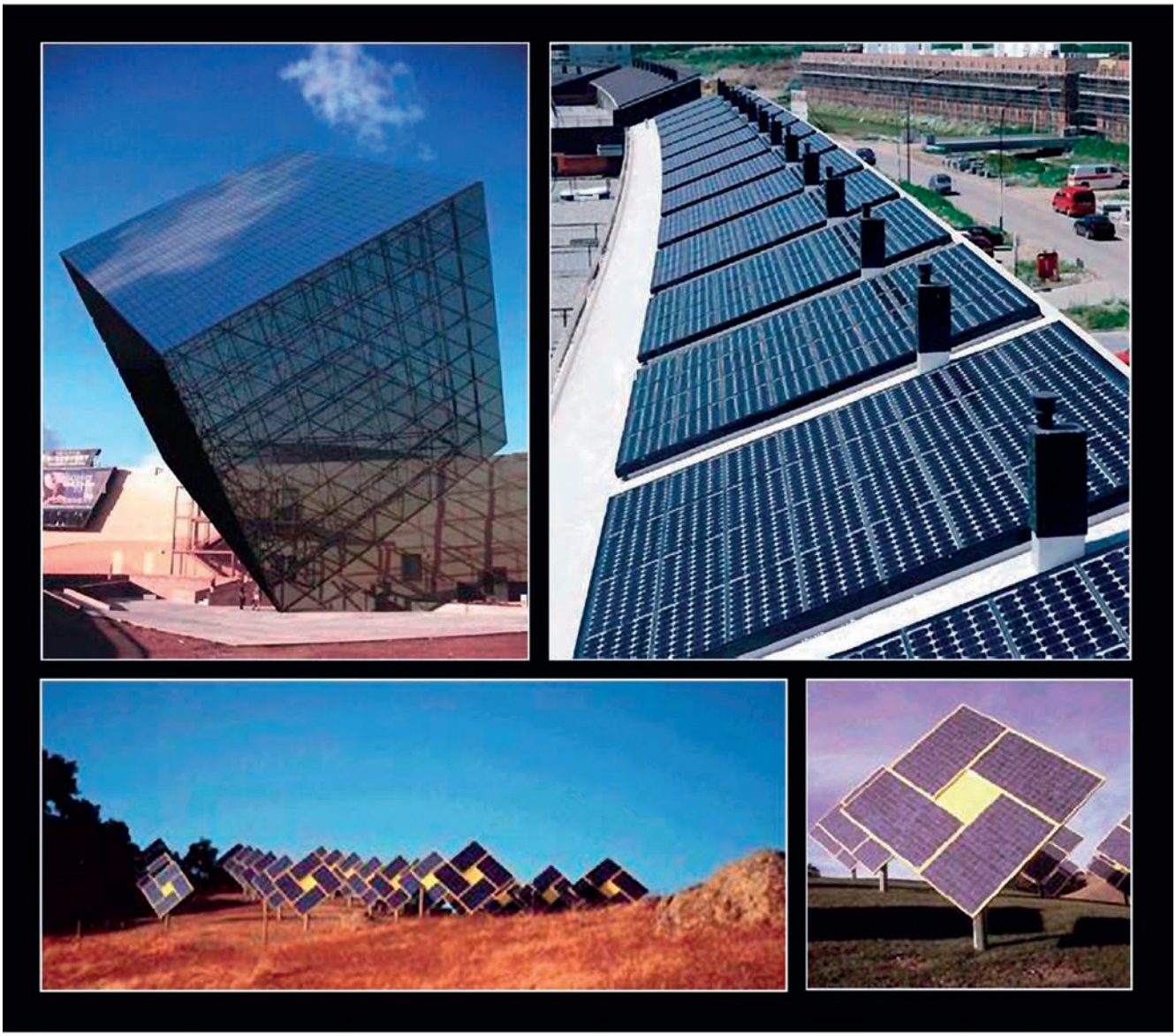
Para o conseguir é necessário unir os esforços de todos os docentes, trocar experiências e conhecimentos e promover acções/sessões de trabalho, que se revelam de grande importância. É nosso propósito dar continuidade a estas acções criando grupos de trabalho para reflectir, inovar e trocar experiências que lhes permita evoluir e crescer profissionalmente.

Todos os participantes consideraram esta formação como uma boa iniciativa e saíram da sala enriquecidos e com mais ânimo e confiança para iniciar o novo ano lectivo. **Afinal todos vivemos as mesmas preocupações e, se trabalharmos em conjunto, e numa perspectiva de prevenção, será mais fácil atingirmos o grande objectivo: o sucesso dos nossos alunos**.

Pedro Rodrigues e Cristina Marques
Direcção Pedagógica

Alternativas e Mudanças no Sector da Energia

Não existe uma única solução e, no novo paradigma, as soluções variam consoante a evolução dos mercados e a tecnologia



Existem dois factores predominantes que impõem mudanças no sector da energia. O primeiro prende-se com o facto de que as reservas de energias fósseis não são inesgotáveis e que nem todas as fontes são de fácil exploração. Um exemplo claro é o desastre ecológico que ocorre, neste momento, no Golfo do México, visto que a elevada procura torna viável a dispendiosa exploração de petróleo em alto mar ou em locais mais remotos. No entanto, o risco de consequências desastrosas é alto.

Não se prevê que algum dia cheguemos ao ponto de não ter como fonte de energia os combustíveis fósseis, isto porque há um segundo factor, as alterações climáticas. Embora

debatido prolongadamente e com muito cepticismo, existe hoje um clima político mais favorável, aceitando que as alterações climáticas são, em primeiro lugar, evidentes, e, em segundo lugar, causadas pelas actividades do homem (ou seja, antropogênicas). Sendo antropogênicas deverão ser reversíveis, sendo a causa a emissão de gases de efeito estufa, predominantemente o CO2, produto natural de combustão de qualquer combustível fóssil (gasolina, carvão, gás natural, entre outros).

Existem várias alternativas aos combustíveis fósseis, cada um com as suas vantagens e desvantagens. Na realidade, a solução para o novo paradigma de produção e consumo de energia reside numa panóplia de novas tecnologias e comportamentos.

A energia nuclear desde há muito tem-se proposto como uma solução de grande escala. Todavia, os seus custos reais têm sido sempre subavaliados, no que toca a manutenção e mais importante, no fim de vida, a desactivação segura. Mesmo se os custos reais fossem aceitáveis esta fonte de energia não é renovável e se aplicado em escala mundial duraria pouco mais de que umas décadas. Acrescente-se ainda que raramente é publicitado o facto de não haver uma entidade seguradora que assuma os riscos associados de uma central nuclear e, assim, em caso de desastre as recompensas e custos serão sempre passados para o Estado.

As tecnologias renováveis mais maduras são a eólica, hidroeléctrica e fotovoltaica (PV). Uma comparação dos impactes ambientais e os custos de cada uma destas tecnologias é difícil de efectuar. A rentabilidade de uma barragem hidroeléctrica numa zona árida é evidentemente menos elevada do que numa zona chuvosa e montanhosa. O PV é, sem dúvida, mais rentável em locais mais soalheiros. Assim sendo, as localidades ou regiões têm que ser estudadas para averiguar qual a ementa de tecnologias a implementar e relacionar isto com o carácter do consumo de energia local.

São já há muito debatidos os pontos negativos do impacte ambiental da hidroeléctrica. No entanto, a sua aplicabilidade e importância encontram-se a ser alvo de reflexão. Anteriormente à implementação em larga escala de fontes renováveis, a hidroeléctrica servia como uma fonte de energia para alturas em que o consumo eléctrico sofria picos ou se outras fontes falhassem. A hidroeléctrica tem um tempo de resposta rápido, podendo variar a sua produção numa questão de minutos. Quando comparado com uma central a carvão (térmica) que leva horas, esta tecnologia traz grandes vantagens e, por isso, observa-se a sua implementação como medida de recurso. O ritmo diário das pessoas dita que os picos de consumo energético ocorram à hora do almoço e ao jantar e, nesse sentido, nessas horas, as centrais hidroeléctricas entram em acção.

Refira-se que o recente plano nacional de barragens serve para combater outro problema, a da intermitência das fontes de energia eólica (e o PV). Estas fontes estão à mercê das condições meteorológicas e, deste modo, poderão estar em certas alturas em produção excessiva (por exemplo, à noite para a eólica) ou deixar de produzir à hora esperada (nuvens à hora do almoço para o PV). O que o plano nacional de barragens prevê é que as existentes e novas barragens irão ter uma nova funcionalidade de bombagem, isto é, em alturas de excesso de produção de energia por parte de outras fontes, esta é redirigida para as centrais hidroeléctricas, que ao invés de estarem a debitar água rio abaixo (produzindo energia), bombeiam água rio acima, voltando a encher o reservatório da barragem e, assim, guardando a energia potencial da água para alturas em que existam picos no consumo ou quando haja uma quebra na produção.

Outra tecnologia que poderá ter o mesmo impacte de criação de um reservatório energético são os veículos eléctricos. De uma forma geral, os veículos passam cerca de 90% do seu dia parados. Tendo em conta esta situação, podem estar continuamente ligados à rede eléctrica, carregando as suas baterias, quando há produção eléctrica em excesso e injectando energia para a rede, quando há excesso de consumo ou quebras de produção.

Não existe uma única solução ou uma tecnologia única a implementar no novo paradigma em que estamos a entrar. As soluções vão variando, consoante a evolução dos mercados e a tecnologia e é, por isso, importante que haja uma constante sensibilização da população para fortalecer a confiança e compreensão para que a comunidade tenha maior poder de influência nas decisões políticas que ditam o nosso rumo energético.

Killian Lobato
Professor da Faculdade de Ciências
da Universidade de Lisboa

Participação na Exposição Portugal Tecnológico

A Escola Profissional Gustave Eiffel esteve presente na exposição Portugal Tecnológico, no *stand* do Ministério da Educação e em representação da DRELVT. Esta exposição decorreu na FIL, em Setembro de 2010.

Os projectos apresentados foram concebidos nos Pólos de Arruda dos Vinhos, Entroncamento e da Venda Nova.

O *stand* foi visitado pela Ministra da Educação, Isabel Alçada, que elogiou os nossos projectos e referiu ter conhecimento do trabalho que a EPGE tem realizado ao longo dos anos.

A representante da DRELVT, Dra. Lourdes Gaspar, agradeceu a presença da EPGE e expressou orgulho pela nossa presença.

Óleo PC
Escola Profissional Gustave Eiffel de Arruda dos Vinhos

Imaginemos um computador composto por um sistema de refrigeração com óleo vegetal e que permite um arrefecimento do sistema até 20 graus. Parece impossível mas foi o que os alunos do curso profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos apresentaram na FIL. Trata-se de um computador adaptado para ter os seus componentes mergulhados em óleo de cozinha, funcionando com as vantagens de manter uma temperatura mais baixa, e produzir menor ruído, aumentando-se a ***performance*** da máquina. A apresentação despertou a curiosidade e atenção de muitos visitantes.

Reinvenção das Construções Escola Profissional Gustave Eiffel do Entroncamento

Preocupados com as questões ambientais, os alunos do 3.º ano do curso de Técnico de Construção Civil, com orientação dos professores Ana Correia e Nuno Marques construíram um modelo à escala 1:10 de uma casa. Esta construção assenta na aplicação de diferentes processos construtivos da arquitectura tradicional portuguesa, com recurso por exemplo a blocos de adobe mas que inclui novos materiais como painéis solares.

Uma das preocupações desta construção foi criar uma fundação em betão armado para não ficar em contacto com humidades vindas do solo e, além do isolamento térmico, tentámos fazer uma grande sensibilização para a necessidade da sustentabilidade ambiental, explicou a professora Ana Correia.

Robô R2 D2 Escola Profissional Gustave Eiffel da Venda Nova

Inspirando-se no filme Guerra das Estrelas, os alunos do curso profissional de Técnico de Electrónica, Automação e Comando executaram uma réplica do conhecido robô R2-D2 que faz ruídos e se movimenta de forma autónoma – seguindo as coordenadas do telecomando. O robô tem 90 quilos, é feito em alumínio e já alcançou o 2.º lugar na 10.ª edição do Festival Nacional de Robótica. Tem várias funcionalidades, tais como: utilização em acções de divulgação e marketing de empresas, sistemas de televigilância baseados em redes ***wireless***, com acesso de qualquer ponto do mundo via Internet, ou até em hospitais pediátricos, pois tem uma boa aceitação por parte das crianças.

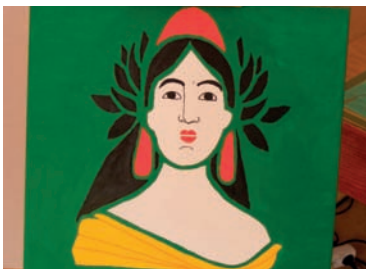
Comemoração do Centenário da República

No âmbito da disciplina de Cidadania e Mundo Actual, os alunos do CEF, do pólo do Entroncamento, realizaram trabalhos que posteriormente foram colocados na Galeria Municipal do Entroncamento numa exposição colectiva, executaram cerca de 200 "bandeirinhas da República" que foram distribuídas na escola e na comunidade local e fizeram quadras sobre o tema.

No dia 4 de Outubro, alguns alunos percorreram as salas de aula, ofereceram bandeirinhas e leram um texto sobre a "Implantação das República".

No dia 5 de Outubro, a escola associou-se à Mega-Comemoração concelhia, participando nos desfiles e nas recriações históricas. Em frente à Câmara Municipal do Entroncamento, os alunos da nossa escola, juntaram-se aos alunos de todas as escolas do concelho e formaram uma bandeira humana e cantaram o Hino Nacional.

Foi uma boa oportunidade para melhor conhecer a nossa história e praticar a cidadania.



Padrinhos dos Novos Alunos

Com o intuito de promover uma melhor integração dos novos alunos, o Centro de Recursos propôs que a partir deste ano lectivo se instituísse a figura do "Padrinho".

Assim, os alunos do 3.º ano, que se distinguem, quer pelo seu desempenho escolar, quer pelo seu comportamento vão acolher e prestar apoio complementar aos novos alunos.

É de salientar a importância de que os que "apadrinham", se sintam orgulhosos e responsáveis pela oportunidade de poderem transmitir boas práticas, tanto académicas como sociais e cívicas.

Miguel, Aluno da EPGE Participa em Li Ké Terra

Li Ké Terra (a minha terra em crioulo) um projecto cinematográfico desenvolvido no bairro da Boba, Amadora, é um grito de alerta perante a incoerência instalada na vida de Miguel e Ruben.

Li Ké Terra narra a história de dois jovens descendentes de imigrantes Cabo Verdianos que vivem em Portugal sem documentação. Divididos entre a vontade de serem portugueses de pleno direito, as suas raízes e as barreiras que encontram no seu dia-a-dia, Miguel e Ruben sonham com o futuro deixando transparecer as suas aspirações por uma vida melhor.

Muitas das cenas deste filme decorreram no pólo da Venda Nova, base das operações deste projecto cinematográfico.

Com um orgulho estóico e sem receio de expor as situações absurdas e caricatas do quotidiano de um imigrante em Portugal, Miguel e Ruben levam-nos a uma interrogação: qual é a identidade do apátrida?

Li Ké Terra recebeu o Prémio Competição Portuguesa e Prémio Escolas no doclisboa 2010

Torneio de Jogos Tradicionais

No dia 4 de Novembro realizou-se, no Espaço Semanal de OET, um Torneio de Jogos Tradicionais no Jardim da Zona Verde, no Entroncamento. Esta actividade foi desenvolvida na sequência da Comemoração do Dia Internacional da Terceira Idade e teve como objectivos promover a criatividade e a livre expressão através do jogo e o respeito pelas normas, evidenciando a sua importância e inevitabilidade em qualquer actividade humana, mesmo de âmbito lúdico.

Com o apoio da técnica do Centro de Recursos, professora Susana Ferreira, realizaram-se os seguintes jogos: jogo da macaca, do burro, da barra do lenço e corrida de sacas.

Aulas Partilhadas

O projecto de Aulas Partilhadas, implementado no pólo/escola do Entroncamento tem como finalidade abrir a sala de aula aos cidadãos da comunidade local, proporcionando uma aula diferente com a intervenção de convidados e seguida de um debate, permitindo a partilha de conhecimentos.

A primeira destas acções decorreu no dia 8 de Outubro, com a colaboração do Presidente da Junta de Freguesia de N. Sra. de Fátima do Entroncamento, que preparou, em conjunto com uma professora, uma intervenção sobre "O Poder Local e as funções da Junta de Freguesia".

No dia 19 de Outubro, realizou-se outra acção com a presença de dois vereadores da Câmara Municipal do Entroncamento que permitiu reflectir sobre as competências e o funcionamento da Câmara Municipal e sensibilizou os alunos para a importância da participação e intervenção na vida local, enquanto cidadãos.

A Aula Partilhada sobre Voluntariado, no dia 15 de Novembro, teve como orador o representante da Associação de Voluntariado e Acção Social do Entroncamento. Foram abordados diversos assuntos tais como o surgimento do voluntariado, os seus princípios subjacentes, os tipos e as características do voluntariado, entre outras.

Subordinado às temáticas de Toxicodependência e *Bullying* em ambiente escolar - prevenção, decorreu no dia 9 de Fevereiro uma Aula Partilhada com a presença de agentes da PSP do Entroncamento. Na sua apresentação audiovisual foram referidos os temas das drogas, tabaco, álcool, substâncias estupefacientes e *Bullying*.

Consciencialização Social

No âmbito da disciplina de Técnicas de Multimédia, os alunos do 2.º ano do curso profissional de Técnico de **Multimédia,** do pólo de Arruda dos Vinhos, desenvolveram uma **história em áudio digital** relatando as diferenças entre o Natal de uma criança que vive num país desenvolvido e em paz e o de uma criança que vive num país em guerra.

A apresentação foi feita no Auditório Municipal de Arruda dos Vinhos e no final foi deixada uma **mensagem natalícia de consciencialização para as desigualdades do mundo actual.**

A nossa Escola no Media Lab – Diário de Notícias

Os alunos das turmas do **curso Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade** do pólo do Lumiar, foram em visita de estudo ao Diário de Notícias, Centro Educativo Media Lab, no dia 16 de Dezembro que muito **contribuiu para o enriquecimento pessoal e profissional destes jovens.**

A participação no *worshop* do Diário de Notícias visou promover a Educação para os Media e sensibilizar os educadores para a importância dos jornais e *websites*, através de um programa educativo que inclui um conjunto de actividades que apoia a utilização das notícias, relacionando-a com a matéria curricular do 2º e 3º ciclos, secundário e profissional, recorrendo às mais recentes tecnologias multimédia, incluindo a edição de vídeo e *podcastings*.

Durante a visita, os alunos foram jornalistas e editores e viveram a experiência de criar a primeira página de um jornal: seleccionaram e escreveram as notícias, os títulos, escolheram as imagens e legendaram-nas e, ainda, tiveram oportunidade de discutir os critérios que justificam a edição final da primeira página.

Esta actividade culminou com a publicação da visita na edição real do Jornal de Notícias do dia seguinte.

Participação no Tour do Voluntariado

O Conselho da União Europeia institui o ano de 2011 como o Ano Europeu do Voluntariado (AEV 2011). O principal objectivo é incentivar e apoiar as iniciativas da UE, dos Estados membros e das autoridades locais e regionais na criação de condições propícias ao desenvolvimento do voluntariado na UE, bem como dar visibilidade às actividades desenvolvidas neste âmbito, através do intercâmbio de experiências e de boas práticas,

Uma das actividades que assinalaram o ***Tour do Voluntariado,*** que percorrerá várias capitais europeias, aconteceu no dia 8 de Fevereiro, no Fórum Picoas, em Lisboa.

A EPGE esteve presente, a convite do Ministério da Educação, e foi referenciada como sendo uma escola com práticas e incentivo e sensibilização ao voluntariado.

Das acções que têm vindo a ser desenvolvidas pela EPGE destacamos: **Um dia na " Casa Mãe do Gradil"** (casa de acolhimento de crianças abandonadas) a quem entregámos brinquedos, roupas e material escolar e onde realizámos pinturas faciais; **Começar o Ano com um Sorriso** com a oferta de material escolar à instituição Sãozinha que acolhe crianças abandonadas; **Banco Alimentar** com a recolha de alimentos e distribuição por famílias carenciadas da comunidade local; **Um Anjinho no Sapatinho** com a oferta de presentes a crianças institucionalizadas; **Um Natal Solidário** através da execução de ornamentos de Natal para a cantina da Universidade de Lisboa onde foi servida uma Ceia de Natal aos sem-abrigo; **Recolha de Tampinhas e Campanha Acessibilidades/Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência Motora.**

A nossa participação no *Tour do Voluntariado* foi muito ovacionada e elogiada pelos presentes.

Prémios na Competição de Corta-Mato

Inserida nas actividades do Desporto Escolar, promovidas pelo Ministério de Educação, os alunos dos pólos da **Amadora e Venda Nova**, estiveram na competição de corta-mato em que participaram as escolas dos concelhos da Amadora, Cascais, Sintra e Oeiras.

Os nossos alunos tiveram uma óptima participação e obtiveram o **2.º lugar na competição masculina em equipas e o 2.º e 3.º lugar na competição feminina individual.**

Com estes resultados a escola ficou apurada para a fase seguinte, que se realizará em Sintra, a 10 de Fevereiro. Os responsáveis pela participação e acompanhamento dos alunos foram os professores Tiago Oliveira e Catarina Santos.

1.º Encontro Nacional de Estudantes de Organização de Eventos

Decorreu em Novembro o 1.º Encontro Nacional para Estudantes da área de Organização de Eventos que teve lugar no auditório da Faculdade de Farmácia, da Universidade de Lisboa, em que estiveram presentes cerca de quinhentos participantes. Este 1º Encontro teve a colaboração de vários oradores, nomeadamente o Fernando Alvim.

O pólo da Amadora esteve representado com os alunos do Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA), de Organização de Eventos, que aproveitou ao máximo todas as informações, técnicas e ferramentas que lhes foram ali facultadas e que poderão, muito em breve, aplicar no mercado de trabalho.

A pertinência deste Encontro deve-se à crescente importância e interesse que esta área tem suscitado, quer junto dos estudantes do Ensino Profissional, quer junto da modalidade de Educação e Formação de Adultos.

Encerramento das Comemorações dos 20 anos da Cooptécnica Gustave Eiffel

No dia 23 de Outubro, para encerrar as comemorações dos 20 anos da Cooptécnica Gustave Eiffel, realizou-se um almoço com cerca 140 funcionários, docentes e não docentes, daquela instituição.

Este evento decorreu na Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos, em Colares, Sintra, onde **a Direcção da Cooptécnica homenageou os 33 colaboradores com 15 ou mais anos de serviço, cujos nomes e cargos se apresentam na página seguinte.**

Colaboradores Homenageados

NOME	CARGO
Ana Cristina Mota Silva	Responsável dos Serviços de Apoio à Direcção
Anabela Pereira Lima Batina Gouveia	Chefe de Secretaria do Pólo do Lumiar
Joaquim Ferreira Guedes	Director do Pólo de Queluz e Docente
Luís Filipe Saavedra Silva Moraes	Docente
Pedro Manuel Ferreira Raposo Torres Brás	Docente
Francisco Cristina Patrício	Docente
Carlos Pedro Duarte Rodrigues	Secretário da Direcção da Cooptécnica, Director Pedagógico e Docente
Eduardo Manuel Ferreira Morais Pinto	Docente
Isabel Maria Mendes Barata Domingues	Docente
Maria do Céu Almocim Azevedo Lopes Costa	Docente
Francisco Martinho Freitas Nunes Serras	Docente
Maria Manuela Santos Sobreira Pires	Chefe de Secretaria do Pólo do Entroncamento
Joaquim Silva Oliveira	Preparador de Laboratório
Jorge Alexandre Pessoa Godinho Costa Maia	Docente
Natasha Maria Guedes Sousa	Administrativa
José Alfredo Silva Bandeira	Motorista de Veículos Ligeiros
José Manuel Ribeiro Leal	Vogal da Direcção da Cooptécnica, Director do Pólo de Arruda dos Vinhos e Docente
Miquelina Mestre Manuel Barroso	Docente
Maria Fátima Vieira Figueira Roldão	Docente
Manuel António Baião Tróia	Docente
Tânia Vicente Tenreiro	Chefe de Secretaria do Pólo da Venda Nova
Sandra Filipa Rosa Domingos	Administrativa
Maria Isabel Vasconcelos Arrobas Silva	Docente
Maria Filomena Henriques Lopes	Assistente Administrativa
Constança Maria Santos Advínculo Sequeira	Docente
Paulo Jorge Costa Reis Ernesto	Docente
Maria Fernanda Frias Oliveira	Chefe de Secção
Augusto Antunes Santos	Recepcionista
Augusto Ferreira Guedes	Presidente da Direcção da Cooptécnica
Adelino Manuel Serras	Tesoureiro da Cooptécnica e Director Centro de Qualificação de Activos
Maria Irene Ferreira Guedes	Vice-Presidente da Cooptécnica e Directora do Pólo do Entroncamento
António Rodrigues Fernandes Lima	Vice- Presidente da Cooptécnica e Director dos Recursos Humanos
Hélder Jorge Pinheiro Pita	Vice- Presidente da Cooptécnica e Director do Gabinete de Inovação Pedagógica

As Escolas Profissionais e o debate das Parcerias Público-Privadas

"...inspirem-se nas Escolas Profissionais e na visão ousada dos parceiros, estatais e privados, que as criaram e consolidaram."

Porfírio Silva

Um debate que por aí tem andado nos últimos tempos versa o tema das Parcerias Público-Privadas (PPP). As PPP são empreendimentos em que o Estado, por um lado, e consórcios de empresas privadas, por outro, contratam partilhar os custos, as responsabilidades e os proveitos associados à criação e gestão de uma nova infra-estrutura de interesse nacional, ou de um serviço, que tradicionalmente seria responsabilidade dos poderes públicos. Normalmente trata-se de – grandes obras – , como a Ponte Vasco da Gama, em que os privados constroem, substituindo-se assim ao Estado (que não teria dinheiro no momento para arcar com essa despesa). Em contrapartida, para remunerar esse esforço das empresas privadas, o Estado concessiona a exploração por um longo período (por exemplo, 30 anos), permitindo às empresas fazer render a sua colaboração em tal projecto de interesse público (por exemplo, cobrando portagens).

Embora tenha larga aceitação a ideia de que é positiva a colaboração entre o sector privado e o Estado, têm surgido muitas críticas a estas PPP. Há, fundamentalmente, dois aspectos negativos que têm sido apontados. Primeiro, podem ter-se feito obras cuja necessidade não é evidente, ou que não são prioritárias, só por parecer que pode gastar-se dinheiro sem o ter. Segundo, o Estado não tem protegido o interesse público, tem ficado com quase todo o risco nesses empreendimentos, deixando aos privados negócios em que só eles ganham. Por exemplo, no caso de uma auto-estrada: faz-se uma previsão de

"As Escolas Profissionais são uma resposta nova para necessidades reais: formação de técnicos qualificados, adaptada às necessidades das regiões, da economia e da realização pessoal dos jovens; com currículos concebidos para o futuro e não para o curto prazo."

> *"As Escolas Profissionais passaram momentos de grande exigência, e até aperto, tanto em termos de apuramento dos seus projectos educativos como em termos financeiros, já que nada lhes foi oferecido gratuitamente: aprenderam que tinham de ser as melhores para sobreviverem."*

tráfego muito elevado, o que implica uma certa cobrança de portagens; e contrata-se que, se a previsão falhar (para menos tráfego) o Estado compensa as empresas concessionárias pelas perdas – em vez de deixar o risco comercial aos privados. A conjugação desses dois factores tem ajudado a agravar a dívida pública: quando as coisas correm pior do que o previsto, o Estado é que paga; como há muitas PPP, o volume de casos desses é grande e pesa muito no orçamento. Quer dizer: **uma boa ideia – os privados e o Estado colaboram na prossecução do interesse público – pode ser estragada se os seus objectivos forem desviados: se os privados, em vez de fazerem pela vida no mercado livre, tratam de ganhar explorando os dinheiros públicos, ao mesmo tempo que os responsáveis públicos fazem menos do que seria necessário para protegerem o dinheiro dos nossos impostos.**

Não sei se estão a ver que as Escolas Profissionais têm tudo a ver com este debate.

Em 1986, os ministros da educação dos Estados-Membros da então Comunidade Europeia (actual União Europeia), numa orientação que depois veio a ser partilhada pelos parceiros sociais (representantes dos trabalhadores e dos empregadores) a nível comunitário, concordaram que todos os jovens deviam ter a possibilidade de, após a escolaridade obrigatória, sem interrupção, fazer um, dois ou três anos de formação profissional, a tempo inteiro.

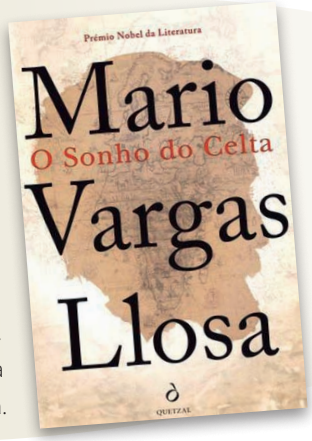
Portugal quis responder a esse desafio. Havia um enorme atraso a recuperar, já que, em comparação com os países mais avançados nessa matéria, apenas uma percentagem muito reduzida dos jovens portugueses escolhiam vias profissionais ao nível do ensino secundário. Como os subsistemas de ensino e formação profissional então existentes não tinham capacidade para uma viragem que mudasse rapidamente a situação, foi feito um apelo a uma multiplicidade de forças interessadas na qualificação das pessoas. É assim que surgem em 1989 as Escolas Profissionais, promovidas por uma diversidade de actores (como, por exemplo, municípios, associações empresariais e sindicais, associações de interesse regional, escolas já existentes), que, espalhados por todo o país, criam de raiz um novo subsistema de ensino. As Escolas Profissionais são uma resposta nova para necessidades reais: formação de técnicos qualificados, adaptada às necessidades das regiões, da economia e da realização pessoal dos jovens; com currículos concebidos para o futuro e não para o curto prazo (currículos não apenas técnicos, mas de espectro largo, com componentes de formação geral, integrando necessariamente uma língua estrangeira, de formação científica e formação técnica); uma formação conduzindo a um diploma técnico e a um diploma de estudos secundários, permitindo quer a continuação de estudos quer a integração no mercado de trabalho; forte ligação às empresas, potenciando o reconhecimento dos diplomados e a sua empregabilidade.

As Escolas Profissionais responderam de forma notável a uma necessidade real do país. Mobilizaram uma intensa e inovadora cooperação entre as entidades promotoras das escolas e as estruturas ministeriais responsáveis pelo projecto. Constituíram uma nova oportunidade para muitos jovens e ajudaram a colocar Portugal no mapa dos países com oferta de oportunidades de qualificação abundantes e de qualidade. E, nesta grande aventura, todos fizeram a sua parte. As Escolas Profissionais passaram momentos de grande exigência, e até aperto, tanto em termos de apuramento dos seus projectos educativos como em termos financeiros, já que nada lhes foi oferecido gratuitamente: aprenderam que tinham de ser as melhores para sobreviverem.

Por isso digo que a primeira grande Parceria Público-Privada não foi a Ponte Vasco da Gama. **A primeira, e talvez a melhor, PPP foi, e é, o conjunto das Escolas Profissionais. Por responderem a prementes e vitais necessidades do país e dos portugueses. Por terem envolvido o Estado e entidades privadas num processo, continuamente avaliado e vigiado, em que o critério sempre foi o interesse público. Por, com o tempo, se terem tornado cada vez mais sólidas, e não cada vez mais problemáticas.** Seria, por isso, provavelmente, uma boa orientação para dar melhor caminho às Parcerias Público-Privadas de que tanto por aí se fala: inspirem-se nas Escolas Profissionais e na visão ousada dos parceiros, estatais e privados, que as criaram e consolidaram. Teríamos todos a ganhar com isso.

Mario Vargas Llosa

O Sonho do Celta



Neste livro, Mário Vargas Llosa, o mais recente galardoado com o prémio Nobel da Literatura, romanceia, com intensidade, as aventuras vividas e as lutas travadas por Roger Casement, agarrando-nos à leitura.

Roger Casement viveu entre o final do século XIX e o início do século XX e foi um diplomata Britânico, de origem irlandesa, que dedicou a sua vida à defesa dos Direitos Humanos.

Enquanto cônsul britânico no Congo Belga e no Peru, denunciou, perante o mundo civilizado, as atrocidades cometidas contra os nativos dessas regiões.

Inspirado pelas lutas travadas na defesa dos povos colonizados e ostracizados, dedcou o final da sua vida à luta pela independência da Irlanda. Esta foi a luta mais difícil e inglória da sua vida.

Sophia de Melo Breyner Andresen

• Obra Poética

• Sophia de Mello Breyner Andresen – *Uma Vida de Poeta*

Após a doação de todo o espólio de Sophia de Mello Breyner Andresen, pela sua família, à Biblioteca Nacional de Portugal e da publicação da "Obra Poética", surge o livro "Sophia de Mello Breyner Andresen – Uma Vida de Poeta".

Neste livro evoca-se a vida e obra de Sophia através da apresentação de fotografias, incluindo as de família, objectos e textos. A maioria dos textos são manuscritos das suas publicações e alguns, poucos, inéditos.

Para quem quiser conhecer melhor este grande nome da literatura portuguesa tem aqui um excelente auxiliar para o fazer. De uma forma leve e descontraída, podemos aprofundar o conhecimento da sua vida e obra e ter um pequeno vislumbre da sua intimidade, como por exemplo, a inclusão, nesta obra, de fotografias onde podemos ver o seu filho Miguel de Sousa Tavares, também ele escritor, durante a sua juventude.

Voluntariado
CONSELHO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO

www.voluntariado.pt

Aproveitando as comemorações do Ano Europeu do Voluntariado (2011), sugiro uma visita ao site do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

Para quem tem curiosidade em saber o que se faz em termos de voluntariado ou pretende ser voluntário, num qualquer projecto, este é um *site* de visita obrigatória. Aqui temos acesso à maioria da informação sobre projectos e actividades ligadas ao voluntariado em Portugal.

www.naocompreendoasmulheres.blogspot.com

Para aliviar o registo destas sugestões, aconselho a visita ao *blog* "não compreendo as mulheres".

Neste *blog*, para além de muitos textos interessantes, abordando questões relacionadas com o amor e as posturas de homens e mulheres perante a vida, podemos encontrar as transcrições das hilariantes conversas do autor com as suas amigas. Estas mesmas conversas foram o mote para a publicação de um livro.

Para descontrair e rir ao mesmo tempo que tentamos perceber o que afasta, ou aproxima, as mulheres dos homens, a leitura deste *blog* é obrigatória.

Nuno Marôco

Ensino Profissional
Cursos de Nível 4

Construção Civil e Engenharia Civil
- Técnico de Desenho de Construção Civil
- Técnico de Medições e Orçamentos
- Técnico de Condução de Obra
- Técnico de Topografia

Electrónica e Automação
- Técnico de Electrónica, Automação e Comando
- Técnico de Mecatrónica
- Técnico de Electrónica, Automação e Computadores
- Técnico de Electrónica e Telecomunicações*

Electricidade e Energia
- Técnico de Energias Renováveis

Trabalho Social e Orientação
- Animador Sociocultural

Serviço de Apoio a Crianças e Jovens
- Técnico de Apoio à Infância

Design
- Técnico de *Design*

Gestão e Administração
- Técnico de Gestão

Audiovisuais e Produção dos Media
- Técnico de Multimédia
- Técnico de Animação 2D3D

Marketing e Publicidade
- Técnico de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade

Segurança e Higiene no Trabalho
- Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente

Protecção de Pessoas e Bens
- Técnico de Protecção Civil

Ciências Informáticas
- Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
- Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos

Hotelaria e Turismo
- Técnico de Restauração – Cozinha-Pastelaria*
- Técnico de Restauração – Restaurante-Bar*

*** a aguardar autorização do ME para o ano lectivo 2011/12**

Cursos de Aprendizagem
Cursos de Nível 4

- Assistente Comercial Bancário
- Técnico de Seguros

Cursos de Educação e Formação (CEF)
Cursos de Nível 2 -Tipo 1, 2 e 3

- Instalação e Operação de Sistemas Informáticos
- Instalação e Reparação de Computadores
- Práticas Administrativas
- Práticas de Acção Educativa
- Práticas Técnico-Comerciais
- Electricidade de Instalações
- Desenho Assistido por Computador*
- Serviço de Mesa*
- Cozinha*
- Protecção e Prestação de Socorros*
- Cuidados e Estética do Cabelo*
- Pintura de Construção Civil*
- Produção Agrícola*

*** a aguardar autorização do ME para o ano lectivo 2011/12**

Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)

Secundário e Nível 4 de Formação
- Técnico de Topografia
- Técnico de Condução de Obra
- Segurança e Higiene no Trabalho
- Técnico de Protecção Civil

Formações Modulares Certificadas

- Construção Civil e Engenharia Civil
- Formação de Base
- Comércio
- Secretariado e Trabalho Administrativo
- Serviço de Apoio a Crianças e Jovens
- Serviço de Transportes
- Segurança e Higiene no Trabalho
- Protecção de Pessoas e Bens

Formação à Medida

Organizamos soluções de formação para empresas à medida das necessidades

Cursos de Formação de Inglês
- Inicial
- Avançado

Cursos de Formação de Informática
- MS World e Excel – inicial
- MS World e Excel – avançado

Cursos de Formação do Regime Jurídico da Informação na Internet

Cursos de Formação no âmbito do Novo Código do Trabalho

Cursos de Formação de Primeiros Socorros

Centro de Qualificação de Activos Gustave Eiffel
Formação para obtenção de Certificados de Aptidão Profissional (CAP)

Transportes Rodoviários
(Cursos homologados pelo IMTT)

Transporte em Táxi
Formação de Motoristas de Táxi
- Tipo I
- Tipo II
- Formação para a renovação de CAP*

*à distância com 6 horas presenciais

Transporte Colectivo de Crianças
- Formação inicial de Motorista de Transporte Colectivo de Crianças

Transporte de Mercadorias e Passageiros
- Formação de Motoristas de Pesados de Mercadorias e Passageiros

Formação Pedagógica de Formadores
(Cursos homologados pelo IEFP)
- Formação Inicial

Segurança e Higiene do Trabalho
(Cursos homologados pela ACT)
- Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho – CAP 5
- Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho – CAP 3

ITED - Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios
(cursos homologados pela ANACOM e pela Comissão de Acompanhamento)

Cursos Habilitantes p/ Engenheiros e Engenheiros Técnicos
- Cursos de Projecto e Instalação ITED-B – Habilitante para Eng.º e Eng.º Técnico
- Cursos de Projecto e Instalação ITUR

Cursos Habilitantes p/ Técnicos
- Cursos de Formação Habilitante de Instalador ITED
- Cursos de Formação Habilitante de Instalador ITUR

Centro Novas Oportunidades Gustave Eiffel

Escolar
- 4.º ano
- 6.º ano
- 9.º ano
- Secundário

Profissional
- Construção Civil e Engenharia Civil
- Higiene e Segurança no Trabalho

ESCOLA PROFISSIONAL GUSTAVE EIFFEL

Ao serviço da educação desde 1989

(Sede) Amadora / Venda Nova
Rua Elias Garcia 29 • 2700-312 Amadora • Telef. 214 996 440 • Fax 214 996 449 • direccao@gustaveeiffel.pt • secretaria.vn@gustaveeiffel.pt

Amadora / centro
Rua Luís de Camões, 4 e 6 • 2700-535 Amadora • Telef. 214 987 950 • Fax 214 987 970 • secretaria.amd@gustaveeiffel.pt

Queluz
Rua César de Oliveira, 15 • 2745-091 Queluz • Telef. 214 362 521/24 • Fax 214 364 577 • secretaria.qlz@gustaveeiffel.pt

Entroncamento
Rua Mouzinho de Albuquerque, 8 • 2330-183 Entroncamento • Telef. 249 718 246 • Fax 249 719 862 • secretaria.ent@gustaveeiffel.pt

Lisboa / Lumiar
Alameda das Linhas de Torres, 179 • Campus Universitário • 1750-142 Lisboa • Telef. 210 100 328 • Fax 210 936 406 • secretaria.lum@gustaveeiffel.pt

Arruda dos Vinhos
Pavilhão Multiusos - Vale Quente • 2630-233 Arruda dos Vinhos • Tel 263978900 • Fax 263978903 • secretaria.av@gustaveeiffel.pt